



Anais da Assembléia

Nº 123

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 1989

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 105.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 1989
QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhor Deputado Werner Wanderer e pela Senhora Deputada Vera Agibert.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gerente Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, as qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 119/89

Curitiba, 13 de dezembro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que autoriza

o Poder Executivo a abrir um crédito suplementar no valor de NCz\$ 6.370.000,00 (seis milhões, trezentos e setenta mil cruzados novos), ao vigente orçamento próprio do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, aprovado pelo Decreto nº 4609, de 30 de dezembro de 1988.

Tal crédito será utilizado para atender despesas voltadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais, outros serviços e encargos além de despesas com equipamentos e obras, e que será aplicado nas seguintes espécies de despesas:

| | |
|----------------------------|------------|
| | NCz\$ 1,00 |
| Detalhamento da Despesa | |
| Pessoal e Encargos Sociais | 5.000.000 |
| Outras Despesas Correntes | 300.000 |
| Despesa de Capital | 1.070.000 |

Os recursos para cobertura do presente crédito são provenientes de excesso de arrecadação em recursos próprios da entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa às considerações aqui expostas, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de NCz\$ 6.370.000,00 (seis milhões, trezentos e setenta mil cruzados novos), ao vigente orçamento próprio do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, destinados a cobrir despesas voltadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais, outros serviços e encargos além de despesas com equipamentos e obras, conforme discriminação abaixo:

| | |
|----------------------------|------------|
| | NCz\$ 1,00 |
| Dotação: 8200.11100582.160 | |
| Pessoal e Encargos Sociais | 5.000.000 |
| Outras Despesas Correntes | 300.000 |
| Despesas de Capital | 1.070.000 |

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo 1º desta lei, o excesso de arrecadação em recursos próprios da entidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 97/89

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa

Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei complementar dispondo sobre o serviço público de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado do Paraná, nos termos do art. 146, da Constituição Estadual e adotando outras providências em torno dessa matéria.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da coletividade e consubstancia o resultado de estudos conjuntos realizados por técnicos da Secretaria de Estado dos Transportes e da Procuradoria Geral do Estado. As conclusões de tais estudos me foram apresentadas pelo Senhor Procurador Geral do Estado, através de seu Ofício nº 331/89, de 22 de novembro de 1989, onde, entre outros aspectos, é asseverado que:

"Para a elaboração dessa minuta foi considerado o texto constitucional federal, na sua integralidade, e o estadual (art. 146) devidamente depurado de seu parágrafo terceiro, cuja vigência se acha suspensa em razão de liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal na ação direta de inconstitucionalidade que Vossa Excelência propôs junto àquela Corte".

Ainda que:

"Posso informar a Vossa Excelência, com segurança, que o texto que ora apresento é o mais completo do país, fazendo o transporte coletivo intermunicipal repousar, em direitos e deveres, sobre o tripé Estado-transportadora-usuário, e tratando do tema com extrema transparência. Como poderá ser observado, o verdadeiro destinatário do texto é o público usuário, cujo interesse não pode ser relegado a segundo plano. Pela primeira vez em nosso Estado, e de resto no país, propõe-se um tratamento legal para as concessões desse serviço público, mediante texto intelegível não apenas ao pequeno público interno das concessionárias e dos técnicos, mas ao alcance de todos os interessados, os intérpretes e os aplicadores da lei".

Por outro lado, solicito que o presente projeto de lei seja apreciado em regime de urgência, na forma prevista pelo § 1º e seguintes, do art. 66, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 400/89

SÚMULA: Dispõe sobre o serviço público de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado do Paraná,

Curitiba, quarta, em 20.12.89

nos termos do art. 146 da Constituição Estadual, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DA COMPETÊNCIA

Art. 1º - O Serviço Público de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros será executado pelo Estado ou outorgado, na forma desta lei, a empresas privadas, doravante denominadas transportadoras.

Art. 2º - Não estão sujeitos às disposições, serviços de transporte de passageiros, comprovadamente sem objetivo comercial, executados por entidade pública ou privada.

Art. 3º - Compete à Secretaria de Estado dos Transportes, pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR, doravante denominado concedente, executar ou outorgar, planejar, controlar e fiscalizar a execução dos serviços de que trata esta lei.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º - Para efeito de interpretação desta lei entende-se por:

I - BAGAGEIRO - compartimento destinado exclusivamente ao transporte de volumes ou bagagens, com acesso pela parte externa do veículo;

II - BILHETE DE PASSAGEM - documento que comprova contrato de transporte com o adquirente;

III - COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO MÉDICO - a relação entre a receita efetivamente auferida por uma transportadora e a receita máxima teoricamente possível de ser auferida;

IV - COEFICIENTE DE UTILIZAÇÃO - relação entre os lugares ocupados e os lugares oferecidos;

V - CONDIÇÕES EXCEPCIONAIS DE DEMANDA - oscilação sensível do número de passageiros, em razão de circunstâncias temporárias ou ocasionais;

VI - COMPOSIÇÃO TARIFÁRIA - conjunto de fatores que incidem na fixação do custo de tarifas de Transporte;

VII - CONEXÃO DE LINHAS - realização de viagens em mais de uma linha com o mesmo veículo e venda simultânea de passagens correspondentes às linhas conectadas;

VIII - DEMANDA - volume de procura do serviço de transporte;

IX - FAIXA DE HORÁRIO - determinação de horário de partida a cada transportadora na ligação efetuada por mais de uma com resguardo de intervalo mínimo entre elas;

X - FREQUÊNCIA - número de viagens em

cada sentido numa linha;

XI - HORÁRIO - momento de partida, passagem e chegada, determinado pelo concedente;

XII - ÍNDICE DE DESEMPENHO - é a demonstração da capacidade administrativa e técnico-operacional da transportadora em serviços de transporte coletivo em que opere, em determinado período, considerando-se como fatores a idade média da frota, veículos com mais de 10 (dez) anos, multas e capacidade média de lugares da frota;

XIII - ÍNDICE DE LIQUIDEZ - relação entre o patrimônio líquido e o exigível, tomada para um determinado período;

XIV - ITINERÁRIO - via percorrida na execução do serviço, podendo ser definido por código de rodovia, nome de localidade à sua margem, ou ponto geográfico conhecido;

XV - LETREIRO INDICATIVO - letreiro existente na parte superior do pára-brisa dianteiro do veículo, contendo indicação do serviço e iluminado internamente à noite;

XVI - LINHA - serviço regular entre duas localidades, que são pontos terminais por itinerário, seccionamento e horário definidos;

XVII - LINHAS METROPOLITANAS - são as linhas intermunicipais que ligam dois pontos, um dos quais absorve, parcialmente, o mercado de trabalho do outro;

XVIII - MERCADO AUTÔNOMO - Ocorre quando a demanda de passageiros, nos últimos doze meses, determine um coeficiente de aproveitamento médio superior ao que serviu de componente no cálculo da tarifa;

XIX - MERCADO INTERMEDIÁRIO - núcleo de população, localizado ao longo de itinerário de linha, sem que constitua seus pontos terminais;

XX - NORMA DE CARROCERIAS - conjunto de regras estabelecidas pelo concedente, através de seu Conselho Diretor, disciplinadoras dos critérios técnicos a serem observadas pelas transportadoras referentes a carroceria dos veículos utilizados na execução das linhas ou serviços complementares;

XXI - NÚCLEO - povoado;

XXII - PERCURSO - distância percorrida na execução de linha;

XXIII - PLANO DE OPERAÇÃO - descritivo operacional de linha em licitação, com as condições essenciais para início da execução;

XXIV - PONTO DE APOIO - local para prestação de serviço de manutenção e socorro de veículo ou troca de tripulação;

XXV - PONTOS TERMINAIS - locais onde se inicia e completa a viagem de linha;

XXVI - PONTO DE PARADA - local de parada obrigatória na realização da viagem;

XXVII - PONTO DE SECÇÃO - limite de

trecho compreendido pela secção;

XXVIII - SECÇÃO - serviço autorizado em trecho de itinerário, configurado no documento de outorga, com fracionamento do preço da passagem;

XXIX - TARIFA - preço fixado para o transporte de passageiros;

XXX - TEMPO DE VIAGEM - tempo de duração total da viagem, computando-se o tempo de percurso e o de parada;

XXXI - UPFPR - Unidade de Padrão Fiscal do Estado do Paraná, criada pela lei estadual nº 7.257, de 30.11.1979, com as modificações posteriores;

XXXII - VIAGEM DIRETA - viagem executiva com secção única;

XXXIII - VIAGEM DE TRATAMENTO - serviço eventual ou contínuo, sem caráter de linha regular;

XXXIV - VIAGEM MÚLTIPLA - viagem total de linha em horário autorizado na outorga, além da viagem ordinária;

XXXV - VIAGEM ORDINÁRIA - viagem total de linha no cumprimento do horário outorgado;

XXXVI - VIAGEM PARCIAL - viagem executada em parte do itinerário pela transportadora mediante requisição e autorização do Poder Concedente;

XXXVII - VIAGEM SEMIDIRETA - viagem executada com mais de uma secção em linha seccionada excluindo-se parte do seccionamento intermediário;

XXXVIII - VIAGEM REFORÇO - viagem eventual, parcial ou total, executada no itinerário, mediante comunicação ao concedente.

CAPÍTULO III

DO PLANEJAMENTO E DA IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 5º - O concedente estabelecerá o Plano de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná, que será aprovado por decreto, atualizando-o a cada 2 (dois) anos.

§ 1º - O plano determinará os resultados a serem alcançados, de modo a assegurar aos usuários transporte quantitativa e qualitativamente apropriado, nos termos desta lei.

§ 2º - Na elaboração do plano deverão ser considerados, dentre outros, os seguintes aspectos:

I - a importância das localidades abrangidas pela ligação no contexto político, econômico, turístico e social;

II - o total de passageiros transportados na ligação, considerando-se os últimos 12 (doze) meses;

III - a capacidade de geração de transporte das localidades servidas;

IV - o caráter de permanência da ligação;

V - o nível do serviço prestado;
VI - a infra-estrutura de apoio da ligação;

VII - conveniência de operação dos mesmos serviços por duas ou mais empresas, sem vínculo de interdependência;

VIII - a comodidade, o conforto, a rapidez e a segurança para o usuário;

IX - a delimitação e o dimensionamento dos mercados de transporte consoante as conveniências de implantação e operação dos serviços.

Art. 6º - As linhas e serviços de transporte coletivo intermunicipal classificam-se em metropolitanos e rodoviários.

§ 1º - As linhas e serviços metropolitanos classificam-se em:

I - METROPOLITANO CONVENCIONAL - transporte com utilização de veículo com duas portas, com controle de passageiros mediante relógio marcador lacrado (catraca), admitidos passageiros em pé até o limite de 6 (seis) por metro quadrado;

II - METROPOLITANO SUPLETIVO - transporte com utilização de veículo com uma única porta, com capacidade máxima de 32 (trinta e dois) passageiros sentados, com controle de passageiros mediante relógio marcador lacrado (catraca), com utilização de poltronas reclináveis e vedado o transporte de passageiros em pé.

§ 2º - As linhas e serviços rodoviários classificam-se em:

I - RODOVIÁRIO DE CATEGORIA SUPERIOR - aquele que apresenta as seguintes características:

a) as passagens são adquiridas com antecedência, proporciona reserva de lugares;

b) a origem e o destino das viagens processam-se em terminais rodoviários e, na falta destes, em agências de venda de passagens, ambos dotados dos requisitos mínimos de capacidade, segurança, higiene e conforto;

c) uso de ônibus tipo rodoviário convencional, com equipamentos adicionais, dotados das condições estipuladas na Norma de Carrocerias, com tarifa diferenciada, quando for o caso, a critério do concedente;

d) vedação do transporte de passageiros em pé;

e) oferta de viagens em geral expressas, com número reduzido de paradas, restritas aos pontos de seção previamente autorizados pelo concedente e aos pontos de apoio;

f) utilização de rodovias em regiões predominantemente não conturbadas, proporcionando viagens em velocidades relativamente uniformes.

II - RODOVIÁRIO CONVENCIONAL - aquele apresenta as seguintes características:

a) as passagens são, em geral, cobradas no interior dos veículos ou agências;

b) a origem, o destino e as paradas intermediárias das viagens processam-se em terminais rodoviários ou em abrigos rodoviários convencionais;

c) uso de ônibus rodoviário convencional, de acordo com a Norma de Carrocerias;

d) permissão de transporte de passageiros em pé, em número não superior a 30% de sua capacidade nominal, e em linhas com extensão de até 150 (cento e cinquenta) quilômetros.

III - RODOVIÁRIO EXECUTIVO - aquele que, além das características mencionadas no inciso I, possui outras, definidas na Norma de Carrocerias.

IV - RODOVIÁRIO LEITO - aquele que, além das características mencionadas no inciso I, dispõe de poltronas-leito.

Art. 7º - O concedente estabelecerá o padrão de veículo a ser adotado em função da classe, qualidade de serviço em tempo de percurso.

Art. 8º - A implantação de linhas e serviços será antecedida de estudos que levarão em consideração os seguintes fatores mínimos:

I - conforto e comodidade dos usuários, e a necessidade do transporte, verificada em levantamentos estatísticos;

II - viabilidade econômica de exploração;

III - reflexos que impliquem variação acima de 15% (quinze por cento) do mercado de passageiros de outros serviços regulares já em execução, não sendo consideradas as variações a esse limite.

Art. 9º - Caso os estudos referidos no artigo anterior indiquem a conveniência de determinada linha ser operada por mais de uma transportadora, o concedente abrirá licitações para delegar o serviço dessa linha até o atendimento integral previsto no Plano de Transporte.

Art. 10 - O concedente procederá permanente controle de qualidade dos serviços prestados pela transportadora e do atendimento quantitativo do mercado, nos termos do contrato.

§ 1º - No controle de qualidade serão aferidas as características do serviço, sua execução sob condições de conforto, higiene, regularidade, pontualidade e segurança, obedecidas as seguintes regras:

I - veículos, pontos de parada e pontos de apoio em boas condições de segurança, conforto e higiene, com equipamentos em bom estado de manutenção e utilização;

II - cumprimento do esquema operacional aprovado pelo concedente, especialmente quanto aos horários de partida, chegada e etapas intermediárias de viagem;

III - bagagens e encomendas a salvo de danos ou extravios;

IV - cumprimento dos artigos 54 e 55 desta lei;

V - índice de acidentes, em relação ao número de viagens realizadas, dentro dos limites fixados pelo concedente, excluídos os não imputáveis à transportadora.

§ 2º - O controle quantitativo destinar-se-á a verificar o suprimento de determinado mercado de transporte, mediante apuração do coeficiente de aproveitamento médio da linha ou serviço, observado o seguinte:

I - nos serviços rodoviários, até o máximo de 0,75 (setenta e cinco centésimos);

II - nos serviços metropolitanos, até o máximo de 1,0 (um inteiro);

III - em ambos os casos, a critério do concedente, será admitida variação para mais de até 15 pontos percentuais.

§ 3º - Constatada insuficiência no atendimento da linha ou serviço, o concedente notificará a transportadora para supri-la em trinta dias, ou oferecer justificativa, sob pena de:

a) convocarem-se novas transportadoras para compartilhar o atendimento, reduzindo-se o número de horários da linha em operação, para assegurar a viabilidade econômica das novas concessões;

b) ser rescindido o contrato de concessão.

Art. 11 - Quando a demanda sofrer acréscimo incomum, não previsto e temporário, a transportadora, se não tiver meios de satisfazê-la com seus veículos cadastrados para linhas regulares, deverá supri-la, enquanto perdurar a situação, utilizando outros veículos, desde que vistoriados e expressamente liberados pelo concedente.

CAPÍTULO IV

DA OUTORGA DOS SERVIÇOS

Art. 12 - A prestação de serviço público de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros será outorgado:

I - no valor de concessão, sempre precedida de licitação, na modalidade concorrência, obedecido o Plano de Transporte, e, no que couber, o Decreto-lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, com suas modificações posteriores;

II - o regime de autorização.

§ 1º - As concessões que se vencerem na vigência desta lei serão licitadas nos 6 (seis) meses que antecedem a expiração dos respectivos contratos.

§ 2º - Não se admitirá cláusula de exclusividade na outorga de concessões.

Art. 13 - A concessão para exploração dos serviços de transporte coletivo rodo-

viário intermunicipal de passageiros é intransferível e dar-se-á pelo prazo de 10 (dez) anos, admitindo-se, a critério do concedente, uma única prorrogação por 6 (seis) meses.

Art. 14 - A exploração dos serviços de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros sob o regime de autorização dar-se-á pelo prazo máximo de 6 (seis) meses e terá como finalidade a aferição de parâmetros para eventual licitação.

Parágrafo Único - A transportadora que opera sob o regime de autorização não gozará de vantagem na licitação.

Art. 15 - O procedimento de licitação para outorga de concessão será iniciado decorridos 30 (trinta) dias da primeira publicação do resumo do edital no Diário Oficial do Estado e em periódico de grande circulação, a critério do concedente.

Art. 16 - O edital de concorrência conterá:

I - indicação de local, dia e hora para a apresentação das propostas;

II - indicação da autoridade que receberá as propostas;

III - local onde serão prestadas informações sobre a concorrência;

IV - disposições sobre o conteúdo das propostas;

V - valor, forma de prestação e modo de restituição de caução;

VI - características da linha, especificando:

a) número de transportadoras para a exploração;

b) número de veículos necessários à operação;

c) itinerário e percurso;

d) seções;

e) pontos terminais e de parada;

f) extensão da linha;

g) frequência;

h) condições de piso de estrada;

j) tipo de serviço;

VII - exigência de capital integralizado mínimo;

VIII - condições mínimas de guarda e manutenção do equipamento, inclusive de serviços mecânicos próprios ou contratados, com capacidade para atender à frota nos pontos terminais, e, quando exigido, em pontos de apoio;

IX - prazo máximo para início dos serviços;

X - exigência de apresentação de plano de Operação da linha em certame;

XI - critérios para o julgamento da concorrência, pontuando-se as seguintes circunstâncias:

a) adequação do Plano de Operação às condições técnicas descritas no edital;

b) capacidade econômico-financeira da licitante;

c) desempenho anterior da transportadora;

d) disponibilidade e idade média da frota a ser vinculada ao serviço licitado.

XII - outras condições, visando a maior eficiência e comodidade dos serviços.

Art. 17 - Será considerada vencedora da concorrência a empresa que apresentar maior número de pontos nos critérios de julgamento previstos no edital.

Parágrafo Único - ocorrendo empate no julgamento, serão observadas, para a escolha do vencedor, as seguintes condições, pela ordem:

a) sede social no Estado do Paraná;

b) exploração regular de ilha outorgada pelo concedente, cobrindo em maior parte o itinerário da linha em licitação;

c) sorteio.

Art. 18 - No instrumento de concessão, observadas as normas desta lei, constarão, obrigatoriamente:

I - identificação das partes;

II - características da linha, atendidas, no que couber, as especificações do art. 16, VI;

III - valor do investimento mínimo;

IV - compromisso da transportadora de atender requisição do concedente para garantir operação de serviços, nas hipóteses de suspensão temporária de linha ou extinção de contrato de concessão, e ainda para satisfazer demanda, até que seja cumprida a determinação do art. 9º desta lei;

V - valor da caução;

VI - demais condições operacionais e legais;

VII - cláusula proibitiva do uso de fumo nos veículos;

VIII - foro.

§ 1º - Para a formalização do contrato, a transportadora deverá apresentar:

I - apólice do seguro de responsabilidade civil obrigatório;

II - apólice do seguro de acidentes pessoais;

III - certificado, ou documento equivalente, de registro e vistoria dos veículos, e do registro da transportadora junto ao concedente;

IV - compromisso de obter, no prazo improrrogável de (30) dias, autorização para utilização de pontos de embarque e parada;

V - outros documentos exigidos por lei ou pelo concedente;

VI - prova de licitamento dos veículos no Estado do Paraná.

§ 2º - O não atendimento das exigências do parágrafo anterior acarretará a perda do direito de contratar, possibilitando-se ao concedente convocar os lici-

tantes remanescentes, na ordem de sua classificação.

Art. 19 - Firmado o contrato, serão expedidos certificados de concessão e a ordem de início dos serviços.

Parágrafo Único - O certificado de concessão deverá especificar:

a) nome da transportadora;

b) número do registro junto ao concedente;

c) número da linha, indicação dos seus terminais, seções e itinerários;

d) horários de partida e de chegada nos terminais e pontos de seções e de parada;

e) restrição existente.

Art. 20 - A concessão sujeita-se a período de carência de 2 (dois) anos, computado no prazo, durante o qual serão observados a capacidade administrativa, técnico-operacional e índice de desempenho da transportadora.

Parágrafo Único - Durante a carência, comprovadas a incapacidade administrativa ou técnico-operacional na forma do artigo 10, será rescindido o contrato de concessão, com reversão da caução ao concedente, e sem direito a indenização.

Art. 21 - São causas de extinção do contrato de concessão:

I - expiração do prazo;

II - rescisão judicial;

III - rescisão consensual;

IV - encapação ou resgate;

V - caducidade ou decência, incluídas as hipóteses de paralisação da linha sem autorização e de descumprimento das disposições desta lei, do Plano de Transporte ou de contrato;

VI - falência da transportadora.

Art. 22 - A mesma ligação, pelo mesmo itinerário, não poderá ser explorado por transportadoras entre as quais existam vínculos de interdependência.

Parágrafo Único - Configurar-se-á interdependência quando:

I - uma das transportadoras, por si, qualquer de seus sócios ou acionistas, cônjuges ou dependentes destes, detiver o controle da outra;

II - a mesma possa exercer simultaneamente nas transportadoras funções de gestão, sob qualquer denominação do cargo.

Art. 23 - Decorrido o período de carência previsto no artigo 20, serão admitidas as seguintes alterações na concessão:

I - fusão de linhas;

II - prolongamento de linha, em razão de transferência de um de seus terminais;

III - encurtamento de linha, em razão de transferência de um ou de ambos os terminais.

IV - mudança de itinerário;

V - inclusão e exclusão de pontos de

secção.

§ 1º - A linha resultante da fusão, prolongamento ou encurtamento deverá atender aos critérios fixados no Plano de Transporte.

§ 2º - Na hipótese de fusão de linhas, serão rescindidos os respectivos contratos, lavrando-se um novo instrumento, cujo prazo de vencimento será idêntico ao do mais antigo dos contratos originários.

Art. 24 - Admitir-se-á a fusão de linhas quando:

I - forem operadas pela mesma transportadora;

II - não houver outra transportadora executando a linha resultante, mesmo como secção de linha;

III - não ocorrer prejuízo no atendimento aos mercados intermediários.

Art. 25 - Admitir-se-á o prolongamento de linha quando:

I - o local do novo terminal não reunir condições de mercado de transporte para implantação de linha, mas se constitua fonte secundária;

II - a distância entre o terminal original e o pretendido não ultrapassar de 20% (vinte por cento) o percurso inicial estabelecido no contrato;

III - o novo terminal não for servido diretamente por outra transportadora e desde que o prolongamento não resulte superposição de linha.

Art. 26 - Admitir-se-á o encurtamento de linha quando:

I - o local previsto como novo terminal for ponto de secção da linha originária;

II - o terminal original não ficar privado de atendimento;

III - não existir outra linha regular efetuando a mesma ligação resultante, pelo mesmo itinerário.

Art. 27 - A alteração do itinerário decorrente da entrega ao tráfego de nova estrada, trecho melhorado, ou itinerário que possibilite atendimento mais confortável ou econômico ao usuário, possibilitará à transportadora que explorar os mercados dos terminais, e mantidos os terminais anteriores, a critério do concedente e atendido o Plano de Transporte, a exploração de linha pelo novo itinerário, desde que:

I - obrigue-se a assegurar o atendimento às localidades intermediárias, por adaptação de linhas ou serviços existentes, ou até a implantação de novas linhas ou serviços;

II - desista expressamente, quando se tratar de linha sem seccionamento, do itinerário anterior;

III - não se estabeleça, com a alteração do itinerário, a exploração de mercados já servidos diretamente por outra transportadora.

Parágrafo Único - Não se dará mudança de itinerário da linha cujo objetivo principal seja servir mercado intermediário, quando os terminais já se encontrarem atendidos por itinerários que possibilitem serviços mais confortáveis ou econômicos aos usuários.

Art. 28 - Poderão ser incluídos pontos de secção em linha existente, desde que a demanda o justifique e as secções pretendidas não estejam situadas em trecho sob restrição contratual.

Parágrafo Único - Poderá ser cancelado ponto de secção quando inexistir demanda ou ela vier a ser atendida por outra linha ou serviço.

Art. 29 - Independem de licitação:

I - os serviços complementares vinculados às concessões, até que se revelem como mercado autônomo;

II - as autorizações, na forma do art. 14;

III - as regularizações de linhas que, por força de desmembramento de município, se transformem em intermunicipais;

IV - as transformações de linhas ou serviços rodoviários em linhas ou serviços metropolitanos;

V - os serviços de turismo e fretamento eventual ou contínuo.

CAPÍTULO V

DO REGISTRO DAS TRANSPORTADORAS

Art. 30 - A transportadora que executar os serviços será obrigatoriamente registrada junto ao concedente.

Parágrafo Único - Será fornecido a transportadora certificado contendo seu número de registro, o qual constará da parte externa dos veículos, em locais, cores e características determinadas pelo concedente.

Art. 31 - O requerimento de registro deverá estar acompanhado de:

I - instrumento constitutivo da empresa, arquivado em Junta Comercial, do qual conste como um dos fins sociais a exploração de serviços de transporte coletivo de passageiros;

II - comprovação de capital registrado de valor mínimo correspondente ao de 2 (dois) veículos-tipo adotados na composição tarifária vigente;

III - comprovação de integralização mínima de 50% (cinquenta por cento) do capital registrado;

IV - documento de identidade e prova de regularidade quanto à legislação eleitoral e militar dos titulares, diretores ou sócios gerentes, conforme o caso;

V - declaração dos titulares, diretores ou sócios gerentes, sob as penas da lei, de não terem sido definitivamente condenados a pena que vede, ainda que de modo temporário, o acesso a funções ou

cargos públicos;

VI - prova de propriedade de no mínimo 2 (dois) veículos-tipo, exceto no caso de transportadoras de fretamento, a critério do concedente;

VII - prova de regularidade com as exigências da legislação fiscal, trabalhista e previdenciária;

VIII - outras provas exigidas por lei ou pelo concedente.

§ 1º - Qualquer alteração que modifique o conteúdo do documento referido neste artigo deverá ser comunicado ao concedente em dez (10) dias,

§ 2º - Deverão ser renovados, anualmente, os documentos referidos nos incisos IV, V, VI e VII.

CAPÍTULO VI

DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 32 - Pela prestação do serviço, a transportadora receberá do usuário o preço individual da passagem, de acordo com a tarifa aprovada pelo concedente.

Art. 33 - Na composição do preço da passagem serão considerados os custos de operação, de manutenção, de administração, de vendas de passagens, os decorrentes da legislação tributária, a justa remuneração do investimento, a depreciação do imobilizado, inclusive o equipamento de reserva exigido pelo concedente, o valor correspondente ao seguro de acidentes pessoais e a aplicação do coeficiente de utilização.

Art. 34 - O concedente poderá estabelecer plano-padrão de contabilidade para escrituração das transportadoras e modelo de impressos para registro.

§ 1º - A transportadora fornecerá ao concedente:

I - até 31 de julho de cada ano, o balanço e a conta de lucros e perdas do exercício anterior, na forma da lei;

II - os dados estatísticos e outros documentos solicitados pelo concedente;

III - os elementos contábeis indispensáveis ao cálculo tarifário.

§ 2º - Sempre que necessário, poderá o concedente efetuar o exame da escrituração da transportadora.

Art. 35 - A contraprestação prevista no art. 32 será feita mediante aquisição do bilhete de passagem, emitido em pelo menos duas vias, uma das quais pertencerá ao passageiro, contendo os dados da legislação do ICMS e os exigidos pelo concedente.

Parágrafo Único - Ouvida a Secretaria da Fazenda, poderá o concedente autorizar a emissão de passagens por processo eletrônico ou similar.

Art. 36 - É vedada a concessão de passagens de cortesia e o transporte de passageiros sem bilhete de passagem, exceto crianças até (seis) anos de idade, que não

ocupem assento.

Parágrafo Único - Para o pessoal da transportadora sem função a bordo, a passagem poderá ser substituída por um documento de uso interno.

Art. 37 - A passagem emitida com data e hora marcadas perderá sua validade caso não tenha sido utilizado para a viagem prevista; no caso de passagem sem data certa, será garantido o seu preço desde que utilizada em trinta dias da emissão.

Art. 38 - Antes do horário de partida a transportadora aceitará transferências ou desistências de viagens, observados os seguintes prazos:

I - 3 (três) horas, nas linhas com percurso inferior a 100 (cem) quilômetros;

II - 6 (seis) horas, nas linhas com percurso superior a 100 (cento) quilômetros.

III - 12 (doze) horas, nas linhas com percurso superior a 500 (quinhentos) quilômetros.

Parágrafo Único - No caso de desistência, o passageiro será reembolsado em 90% do preço da passagem.

Art. 39 - A venda de passagem será efetivada pela transportadora:

I - em suas próprias agências;

II - por intermédio de agência nos terminais;

III - por intermédio de agências de viagem cadastradas pelo concedente;

IV - no próprio veículo;

V - em locais autorizados pelo concedente.

Parágrafo Único - Nos casos previstos nos incisos II, III e V a transportadora poderá pagar comissão até o máximo de 10% (dez por cento) do valor da passagem.

Art. 40 - A passagem será vendida pelo preço exato determinado pelo concedente, acrescido apenas nas taxas cuja cobrança este autorizar.

Parágrafo Único - As taxas de embarque e de utilização de terminais, de uso de balsas ou "ferry-boats" e de pedágio deverão ser identificadas nas tabelas de preços e nos bilhetes de passagem.

Art. 41 - À transportadora é facultado cobrar até 10% (dez por cento) do valor da passagem pelo excesso ao estabelecido no inciso VII do art. 60.

CAPÍTULO VII

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

SEÇÃO I

DO REGIME

Art. 42 - Os horários e as frequências de viagens ordinárias poderão ser alterados pelo concedente para atender as condições estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Quando a mesma ligação for explorada por mais de uma transportadora se-

rão estabelecidos intervalos para evitar a sobreposição de horários.

§ 2º - Para atender a oscilações da demanda, e mediante comunicação ao concedente, a transportadora poderá executar viagens múltiplas nos horários das viagens ordinárias.

§ 3º - A transportadora poderá executar viagem de reforço parcial ou total, para atender a oscilação da demanda, desde que não exista outra empresa executando a mesma ligação.

Art. 43 - O concedente fixará o tempo de duração da viagem, de suas etapas e da duração das paradas.

Parágrafo Único - Salvo nas secções autorizadas, é proibida a parada para embarque e desembarque de passageiros ao longo do itinerário.

Art. 44 - O retardamento ou a interrupção da viagem, decorrentes de falha operacional, acidente do veículo ou outro motivo, ainda que de forma maior, obrigam a transportadora a diligenciar meios para a efetivação da viagem, no prazo máximo de 2 (duas) horas, e a comunicar o fato ao concedente em 24 (vinte e quatro) horas.

§ 1º - A transportadora fica obrigada ao procedimento previsto neste artigo nos casos de venda de mais de um bilhete de passagem para a mesma poltrona ou quando ocorrer retenção ou apreensão do veículo na forma desta lei.

§ 2º - Enquanto perdurar a interrupção ou retardamento da viagem por culpa da transportadora, esta deverá proporcionar, às suas expensas, alimentação e pousada aos passageiros.

§ 3º - Ocorrendo interrupção da viagem, para sua continuidade a transportadora deverá utilizar o mesmo veículo, ou outro de característica idêntica ou superior.

§ 4º - A impossibilidade de atender o disposto no parágrafo anterior, a transportadora deverá ressarcir o passageiro, ao término da viagem, da diferença do preço da passagem, qualquer que tenha sido o percurso desenvolvido anteriormente à interrupção.

Art. 45 - Na execução dos serviços não será emitido excesso de lotação, considerando-se lotado o veículo quando o número de passageiros foi igual à capacidade prevista no certificado de inspeção.

§ 1º - Serão admitidos passageiros em pé, até o limite de 30% (trinta por cento) da capacidade do veículo, em linhas e serviços rodoviários de percurso inferior a 150 (cento e cinquenta) quilômetros, cuja finalidade principal seja atender o mercado intermediário.

§ 2º - A critério do concedente, o limite de lotação poderá ser temporariamente

alterado considerando-se as peculiaridades do serviço, os períodos de excesso de demanda, ou em casos de prestação de socorro.

Art. 46 - Sem que impliquem reconhecimento de nova concessão serão admitidos os seguintes serviços complementares:

I - ramal, em período e horário determinados, para atender núcleo fora do itinerário normal, a critério do concedente, desde que não haja outra oferta de transporte coletivo pelo mesmo itinerário.

II - viagem direta em linha regular, sem prejuízo da viagem ordinária;

III - viagem semi-direta em linha regular, sem prejuízo de viagem ordinária;

IV - serviços especiais, com utilização de veículos tipo ônibus executivo, ônibus leito e supletivo;

V - viagem parcial, cobrindo parte do seccionamento para os casos de maior demanda, desde que não exista linha regular resultante;

VI - concessão de linhas, sentidos e horários da mesma transportadora, não havendo linha servindo a ligação resultante, pelo mesmo itinerário;

VII - de categoria superior, sem prejuízo da viagem regular.

§ 1º - Definido o aproveitamento médio tarifário, os serviços de mercado autônomo serão objeto de licitação.

§ 2º - No serviço em ramal, poderá ser autorizada a operação de ponto de secção.

SEÇÃO II

DAS LINHAS METROPOLITANAS

Art. 47 - As linhas e serviços com característica metropolitana poderão ser prolongadas nas seguintes condições:

I - não haja linha metropolitana de outras transportadoras ligando os terminais pretendidos, pelo mesmo itinerário.

II - seja mantido o atendimento original da linha.

Art. 48 - Nas linhas e serviços metropolitanos será gratuito o transporte dos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos.

SEÇÃO III

DOS TERMINAIS, PONTOS DE PARADA E DE APOIO RODOVIÁRIO

Art. 49 - Os pontos terminais e de parada somente serão utilizados pela transportadora após devidamente homologados pelo concedente.

Art. 50 - Para segurança e normalização das viagens, a transportadora disporá de serviços de manutenção e socorro, próprios ou contratados.

Art. 51 - A execução de serviço autônomo de apoio rodoviário depende de aprovação prévia do concedente.

Art. 52 - A aprovação de empresa de apoio rodoviário dar-se-á pelo registro e

fiscalização de suas atividades, e não estabelecerá relação contratual com o concedente, que poderá revogá-la a qualquer tempo.

Art. 53 - A exploração de propaganda nos veículos e nos pontos terminais de parada ou da seção, ressalvadas as informações sobre serviços autorizados e outros de interesse público, dependerá de autorização do concedente.

SEÇÃO IV

DO PESSOAL DAS TRANSPORTADORAS

Art. 54 - No atendimento ao público o pessoal da transportadora deverá:

I - conduzir-se com atenção, urbanidade e compostura.

II - apresentar-se corretamente uniformizado e identificado;

III - estar qualificado para prestar informações sobre as rodovias percorridas e os serviços prestados.

Art. 55 - O concedente poderá exigir o afastamento de preposto ou empregado da transportadora que, em procedimento administrativo, seja responsabilizado por violação de dever previsto nesta lei ou que tenha sofrido condenação criminal.

Parágrafo Único - A transportadora, em caráter preventivo, afastará das funções o preposto ou empregado enquanto tramitar o procedimento administrativo.

SEÇÃO V

DOS VEÍCULOS

Art. 56 - Serão utilizados no serviço veículos tipo ônibus, com características e especificações técnicas fixadas pelo concedente, dentre as quais as seguintes:

a) não serão admitidos veículos com mais de 15 (quinze) anos de fabricação.

b) o número de veículo com mais de 10 (dez) anos de fabricação não poderá exceder de 20% (vinte por cento) da frota operante da transportadora no sistema estadual.

c) a idade média da frota utilizada pela transportadora em execução de contratos no sistema estadual não poderá ser superior a 7 (sete) anos;

d) não será autorizada a utilização de veículos com poltronas fixas nos percursos superiores a 150 (cento e cinquenta) quilômetros.

Art. 57 - A cada doze meses, contados da data de realização do registro e vistoria previstos no § 1º do art. 18, a transportadora deverá exibir ao concedente laudo de vistoria, firmado por responsável técnico, quanto às condições de segurança e conforto de seus veículos face as exigências legais e regulamentares.

Parágrafo Único - Ressalva-se ao concedente, a seu critério e a qualquer tempo

Curitiba, quarta, em 20.12.89

vistoriar os veículos.

Art. 58 - A fiscalização do concedente determinará, nos terminais, pontos de apoio e pontos de parada, a limpeza, o reparo ou substituição do veículo que não apresente condições de higiene, de funcionamento, de segurança ou que esteja em desacordo com a Norma de Carrocerias.

Art. 59 - A transportadora deverá manter uma frota reserva correspondente a, no mínimo, 15% (quinze por cento) da frota operante no sistema estadual.

SEÇÃO VI

DOS DIREITOS E DEVERES DO USUÁRIO

Art. 60 - São direitos do usuário do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros:

I - ser transportado em condições de segurança, higiene e conforto durante toda a viagem;

II - ter garantido seu lugar no ônibus, nas condições constantes do bilhete de passagem;

III - ser atendido com urbanidade pelos prepostos ou empregados da transportadora e pelos agentes e servidores do concedente;

IV - ser auxiliado no embarque e desembarque pelos prepostos ou empregados da transportadora, quando se tratar de pessoa idosa, enferma, com dificuldade de locomoção, inválido ou criança;

V - ter informações sobre as características do serviço, como tempo da viagem, localidades atendidas e outras pertinentes ao serviço e ao transporte;

VI - dirigir-se aos agentes ou servidores do concedente para obter informações, apresentar sugestões e reclamações quanto ao serviço;

VII - transporte gratuito de volumes no bagageiro, desde que não excedam 30 (trinta) quilogramas observado o dispositivo no art. 41;

VIII - transporte gratuito de um volume que se adapte ao porta-embrulhos interno;

IX - receber o comprovante dos volumes transportados no bagageiro;

X - seguro para cobertura de danos pessoais decorrentes de acidentes;

XI - ser indenizado pelo extravio ou danificação de volumes transportados no bagageiro, até o limite de 50 (cinquenta) URFPF dentro de 48 (quarenta e oito) horas;

XII - ter à sua disposição, no início da viagem, seguro facultativo que cubra, mediante o pagamento do respectivo prêmio, o valor excedente ao estabelecido no inciso anterior;

XIII - receber, por conta da transportadora e enquanto perdurar a situação, alimentação e pousada, em caso de inter-

rupção ou retardamento por culpa da transportadora;

XIV - prosseguir viagem, no caso de interrupção ou retardamento, no mesmo veículo ou em outro de característica igual ou superior ao daquele inicialmente utilizado;

XV - receber, ao término da viagem, a diferença do preço da passagem quando não atendido o inciso anterior;

XVI - receber, em caso de acidente, imediata e adequada assistência da transportadora;

XVII - transportar, sem pagamento de passagem, crianças até 6 (seis) anos de idade, desde que não ocupem assentos;

XVIII - transferir a passagem ou receber a importância paga no caso de desistência da viagem, na forma desta lei.

Art. 61 - Ao usuário será recusado embarque ou determinado o desembarque quando:

I - não se identificar quando necessário;

II - em estado de embriaguez;

III - portador de moléstia contagiosa;

IV - portar arma de fogo, sem a devida autorização legal;

V - trazer consigo produtos ou substâncias que representem perigo;

VI - pretender embarcar com animais não devidamente acondicionados ou em desacordo com legislação pertinente;

VII - pretender embarcar com objetos de dimensões e acondicionamento incompatíveis;

VIII - comprometer a segurança, o conforto e a tranquilidade dos demais passageiros, ou atentar contra a moralidade pública;

IX - desrespeitar proibição de fumar.

CAPÍTULO VIII

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 62 - As infrações aos preceitos desta lei sujeitarão o infrator às seguintes penalidades:

I - multa;

II - retenção de veículo;

III - apreensão de veículo;

IV - cassação da concessão.

Art. 63 - Quando de um mesmo fato resultarem duas ou mais infrações, as penalidades correspondentes serão aplicadas cumulativamente.

Parágrafo Único - A aplicação de qualquer dessas penalidades não exclui o infrator do dever de corrigir a falta que deu origem à punição.

SEÇÃO II

DA MULTA

Art. 64 - As multas serão aplicadas com a seguinte graduação:

I - 2 (duas) vezes a UPFPR, nos casos de:

a) utilizar terminal rodoviário e pontos de parada sem homologação do concedente;

b) utilizar apoio rodoviário autônomo sem anuência do concedente;

c) prestar apoio rodoviário autônomo sem registro no concedente;

d) não cumprir as determinações previstas nos artigos 54 e 55;

e) recusar ao usuário a prestação de informações sobre a execução dos serviços;

f) não cumprir os horários determinados pelo concedente para pontos de passagem para chegada da viagem.

II - 5 (cinco) vezes a UPFPR, nos casos de:

a) não cumprir o horário determinado pelo concedente para o início da viagem;

b) não observar tempo de duração da viagem e de suas etapas, bem como da duração das paradas;

c) não observar qualquer dos prazos estipulados no art. 44;

d) transportar passageiros em número superior à lotação autorizada;

e) transportar passageiros com infração do artigo 61;

f) utilizar veículo sem inspeção periódica;

g) utilizar veículo com defeito ou com falta de equipamento obrigatório;

h) não cumprir o estipulado no artigo 57;

i) não cumprir as disposições da Norma de Carrocerias;

j) utilizar veículos de outra empresa, sem autorização do concedente, salvo em caso de força maior;

k) utilizar veículo que não apresente condições de higiene, de funcionamento ou de segurança;

l) não cumprir o dispositivo no artigo 59;

m) não cumprir o disposto no artigo 34, § 1º, no prazo fixado por esta lei ou pelo concedente, conforme o caso;

n) impossibilitar ou dificultar a utilização do livro de reclamações ou sugestões;

o) transportar bagagem ou encomendas em lugar impróprio ou em condições inadequadas;

p) transportar animais, plantas, aves ou produtos que comprometam a segurança ou o conforto dos passageiros;

q) utilizar, em publicidade, artifícios que induzam o público em erro sobre as verdadeiras características do serviço;

r) deixar de afixar o certificado de concessão, a tabela de horários e a tabela de preços nos veículos, nas agências, nos pontos de parada e nos terminais rodoviários;

s) recusar embarque ou desembarque de passageiros, nos pontos estabelecidos, sem motivo justificado;

t) pagar comissão por venda de passagem acima do estabelecido nesta lei.

III - 7 (sete) vezes a UPFPR, nos casos de:

a) deixar de proceder ao registro no concedente;

b) deixar de cumprir, sem motivo justificado, o prazo para o pagamento de indenização por extravio ou danificação de bagagem, renovando-se a cominação a cada 48 (quarenta e oito) horas;

c) recusar a revalidação de passagem ou a desistência da viagem, quando obedecidos os prazos do art. 38;

d) deixar de prestar, injustificadamente, assistência aos passageiros no caso de acidente ou avaria do veículo;

e) transportar passageiros sem a emissão do respectivo bilhete de passagem;

f) recusar ou dificultar o transporte de fiscais do concedente, quando em serviço;

g) desobedecer, resistir ou opor-se à ação fiscalizadora do concedente;

h) deixar de executar viagem constante da tabela de horários;

i) executar viagem não constante da tabela de horários;

j) executar viagem múltipla ou de reforço em desacordo com esta lei e com as normas regulamentares do concedente.

IV - 10 (dez) vezes a UPFPR, nos casos de:

a) executar linha, explorar seção ou operar serviço em desacordo com a delegação ou autorização do concedente;

b) executar fusão, prolongamento, encurtamento ou alteração de itinerário, sem autorização do concedente;

c) cobrar dos passageiros importância diversa da estabelecida pelo concedente;

d) vender mais de uma passagem para a mesma poltrona na mesma viagem;

e) manter em serviço veículo cuja retirada de tráfego tenha sido determinada pelo concedente;

f) usar documentos oficiais adulterados;

g) paralisar, parcial ou totalmente, os serviços, sem anuência do concedente, sem prejuízo do disposto no artigo 67, I;

h) não cumprir o compromisso previsto no inciso IV do artigo 18;

i) explorar publicidade nos veículos, nos pontos terminais, nas agências

e nos pontos de parada, em desacordo com esta lei;

j) recusar venda de passagem, sem motivo justificado;

k) violar os lacres de catracas;

l) transportar encomendas em detrimento do transporte de bagagens dos passageiros.

§ 1º - As multas serão aplicadas em dobro quando, no período de 12 (doze) meses, houver reincidência na infração do disposto na mesma alínea dos incisos I a IV, na execução da mesma linha ou serviço complementar.

§ 2º - Em caso de multi-reincidência, o valor da multa será progressivamente duplicado.

SEÇÃO III

DA RETENÇÃO DE VEÍCULO

Art. 65 - A penalidade de retenção do veículo será aplicada cumulativamente à pena de multa se da infração resultar ameaça à segurança dos usuários, e quando constatado o seguinte:

I - ausência ou adulteração do documento de vistoria do veículo;

II - falta de condições de limpeza e conforto;

III - transporte de encomendas no espaço reservado aos passageiros;

IV - inobservância do regime de trabalho e descanso do motorista;

V - estar o motorista em estado de embriaguez pelo álcool ou substância análoga;

VI - inexistência de tacógrafo, quando exigido, ou estiver este adulterado ou desprovido do disco diagrama;

VII - veículo não correspondente à tarifa cobrada;

VIII - viagem de fretamento ou turismo sem autorização do concedente.

SEÇÃO IV

DA APREENSÃO DO VEÍCULO

Art. 66 - Cumulativamente à de multa, será aplicada a pena de apreensão de veículo quando o serviço for executado em desacordo com o contrato de concessão, ou com a autorização de fretamento.

Parágrafo Único - A apreensão do veículo não poderá perdurar por mais de 48 (quarenta e oito) horas.

SEÇÃO V

DA CASSAÇÃO DA CONCESSÃO

Art. 67 - A penalidade de cassação da concessão será aplicada nos casos de:

I - paralisação total da linha durante 5 (cinco) dias seguidos, ou não execução da metade do número dos horários ordinários durante 30 (trinta) dias consecutivos, salvo motivo de força maior;

II - ser constatada, dentro do ano ci-

vil, na linha ou nos serviços complementares:

a) a aplicação de 4 (quatro) multas pela infração do disposto na mesma alínea dentre as previstas nos incisos III e IV do art. 64, e na execução da mesma linha ou serviço complementar;

b) a aplicação de 12 (doze) multas pela infração dos incisos III ou IV do art. 64, na execução da mesma linha ou serviço complementar, quando não incidente a alínea anterior;

c) a aplicação de 24 (vinte e quatro) multas pela infração dos incisos I ou II do art. 64, na execução da mesma linha ou serviço complementar.

III - superveniência de incapacidade técnico-operacional ou econômico-financeira da transportadora;

IV - falência da transportadora;

V - alteração na estrutura jurídica da concessionária sem anuência do concedente;

VI - infração do artigo 10 e parágrafos;

VII - permanência no cargo, de diretor ou sócio-gerente da transportadora depois de condenado pela prática de crimes contra a administração pública ou economia popular ou a fé pública;

VIII - condenação do titular de empresas individual nas hipóteses previstas no inciso anterior.

Parágrafo Único - A aplicação da pena de cassação de concessão inabilita a transportadora de participar de licitações junto ao concedente por um período de 36 (trinta e seis) meses.

SEÇÃO VI DOS PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES

Art. 68 - A aplicação de multa terá início com lavratura de auto de infração, que conterá:

I - nome ou número da transportadora;

II - identificação da linha, número de registro e placa do veículo;

III - local, data e hora da infração;

IV - identificação do infrator;

V - infração cometida e dispositivo legal violado;

VI - assinatura do autuante e seu enquadramento funcional junto ao concedente.

§ 1º - O auto de infração será extraído em 3 (três) vias, com entrega de cópia ao infrator no ato da lavratura e intimação pelo Diário Oficial do Estado.

§ 2º - Após lavrado, o auto de infração não poderá ser inutilizado nem ter sustada a tramitação, devendo ser encaminhado ao órgão competente para a imposição da penalidade, ainda que constatados erros na qualificação do fato ou no preenchimento, hipóteses em que o agente da fiscalização deverá acrescentar as informações

necessárias à correção ou anulação.

Art. 69 - O auto de infração será registrado pelo concedente, assegurando-se direito de defesa, que poderá ser exercido em 15 (quinze) dias contados da intimação nos termos do § 1º, parte final, do artigo anterior.

Art. 70 - A multa deverá ser recolhida ao Departamento de Estradas de Rodagem DER, em 30 (trinta) dias, contados:

I - da notificação para pagamento, quando não interposto recurso;

II - da notificação da decisão que rejeitou recurso interposto.

Art. 71 - A retenção de veículo obedecerá às prescrições desta lei e será aplicada pelos agentes da fiscalização do concedente, assegurando-se a continuidade da viagem desde que o infrator sane a irregularidade ou substitua o veículo.

Art. 72 - A pena de cassação de concessão será aplicada pelo concedente, assegurada à transportadora ampla defesa em procedimento administrativo em que será observado o seguinte:

I - o concedente constituirá comissão processante composta por três servidores do Departamento de Estradas de Rodagem, sendo dois engenheiros e um advogado, sob a presidência do último, com atribuições para amplamente apurar os fatos;

II - a comissão notificará a transportadora para em 30 (trinta) dias apresentar defesa e indicar as provas que pretende produzir;

III - ultimada a instrução, a comissão deverá elaborar relatório conclusivo, indicando as medidas ou penalidades eventualmente cabíveis e remeterá os autos ao concedente para decisão.

SEÇÃO VII DOS RECURSOS

Art. 73 - Das decisões do concedente que impuserem as penalidades previstas nesta lei cabe recurso ao Secretário de Estado dos Transportes.

Art. 74 - O recurso será interposto no prazo de 15 (quinze) dias da data de ciência ou intimação da decisão, e com seu julgamento, que deverá ocorrer em 30 (trinta) dias, considerando-se esgotada a via administrativa.

CAPÍTULO IX DA FISCALIZAÇÃO

Art. 75 - A fiscalização dos serviços será exercida pelo concedente, através de servidores ou através de credenciados.

Parágrafo Único - O transporte do agente da fiscalização será gratuito.

Art. 76 - Em suas agências e pontos terminais a transportadora manterá livro próprio, rubricado pela fiscalização, à disposição dos usuários para reclamações

CAPÍTULO X

DOS SERVIÇOS DE FRETAMENTO OU TURISMO

Art. 77 - Entende-se por serviço de fretamento ou turismo aquele que se destinar ao transporte de pessoas, sem cobrança individual de passagem e sem caráter de linha regular.

Art. 78 - Para a execução dos serviços de fretamento ou turismo, a transportadora deverá adequar-se às exigências desta lei, no que couber e a critério do concedente.

Art. 79 - Na execução dos serviços de fretamento ou turismo não poderá ser cobrado preço inferior ao correspondente à somatória dos preços individuais de passagens do serviço de transporte coletivo cobrados para igual percurso, dos quais, a critério do concedente, serão abatidos os componentes tarifários que não incidirem no fretamento.

Art. 80 - O concedente autorizará a execução do serviço de fretamento ou turismo quando exibido o contrato de prestação desse serviço e atendidas as exigências legais, e desde que dela não resulte concorrência a linha ou serviço regulares.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 81 - O concedente poderá requisitar bens e serviços de transportadoras, que serão indenizadas na forma estipulada para a remuneração dos serviços de que trata esta lei.

Art. 82 - Na publicidade das transportadoras é vedado o uso de artifícios que induzam o público em erro quanto às reais características do serviço.

Art. 83 - As concessões, em execução, cujos prazos estiverem vencidos na data da publicação desta lei, serão licitadas em 90 (noventa) dias, improrrogáveis.

Parágrafo Único - No mesmo prazo de 90 (noventa) dias serão licitadas as concessões vincendas às quais, pela iminência da expiração do prazo, não se possa aplicar a norma do artigo 12, § 1º.

Art. 84 - Quando solicitado, o concedente prestará assistência técnica aos municípios para racionalização do transporte coletivo no âmbito local, eliminação de conflitos entre linhas estaduais e municipais, e construção ou adaptação de terminais rodoviários.

Art. 85 - No prazo de 30 (trinta) dias, o Poder Executivo baixará decreto regulamentando esta Lei, e, no mesmo prazo, definirá o Plano de Transportes.

Art. 86 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Curitiba, quarta, em 20.12.89

MENSAGEM Nº 121/89

Curitiba, 15 de dezembro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa, ao Convênio cuja cópia segue em anexo, já celebrado por motivo de urgência, em 17 de outubro de 1989, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem, com a intervenção da Secretaria de Estado dos Transportes e a URBS - Urbanização de Curitiba S/A, objetivando implementar e viabilizar o PROJETO PRÁTICA EDUCACIONAL DE TRÂNSITO, que tem por escopo educar e transmitir conhecimentos sobre a prevenção de acidentes aos alunos das escolas de Curitiba.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 122/89

Curitiba, 15 de dezembro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins de referendo dessa Augusta Casa de Leis, os inclusos convênios celebrados anteriormente a 05.10.89, data da promulgação da atual Constituição Estadual, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os Municípios adiante relacionados, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídos na forma do Programa PARANÁ RURAL:

| Município | Nº e data do Convênio |
|-------------------|-----------------------|
| Medianeira | 012 - 14/09/89 |
| Tupãssi | 016 - 14/09/89 |
| Centenário do Sul | 026 - 18/09/89 |
| Leópolis | 042 - 19/09/89 |
| Pato Branco | 057 - 20/09/89 |
| Califórnia | 074 - 02/10/89 |
| Faxinal | 075 - 02/10/89 |
| Lunardelli | 078 - 02/10/89 |
| Sabauia | 080 - 01/10/89 |

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 123/89

Curitiba, 15 de dezembro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins de referendo dessa Augusta Assembléia Legislativa, as inclusas cópias de convênios celebrados em 1° de março de 1989, anteriormente, portanto, à data da promulgação da atual Constituição Estadual, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e os Municípios de Bocaiúva do Sul (n° 01/89), Cantagalo (n° 03/89), Cascavel (n° 04/89), Castro (n° 05/89), Guarapuava (n° 06/89), Laranjeiras do Sul (n° 07/89), Londrina (n° 08/89), Manguaçu (n° 09/89), Marmeleiro (n° 010/89), Medianeira (n° 011/89), Morretes (n° 012/89), Nova Cantu (n° 013/89), Ortigueira (n° 014/89), Pinhão (n° 015/89), Quedas do Iguaçu (n° 016/89), Querência do Norte (n° 017/89), Renascença (n° 018/89), Reserva (n° 019/89), Roncador (n° 020/89), São Miguel do Iguaçu (n° 021/89), Teixeira Soares (n° 022/89), Tibagi (n° 023/89), Palmas (n° 024/89), Turvo (n° 025/89) e Wenceslau Braz (n° 026/89), objetivando auxílio financeiro à manutenção de professores da Rede Municipal de Ensino, no atendimento às crianças em idade escolar, nos assentamentos e acampamentos de trabalhadores rurais.

São, ainda, encaminhadas, para os mesmos fins, cópias de convênios celebrados em 1° de março de 1989, entre o Estado do Paraná, através da SEED e os Municípios de Cândido de Abreu (n° 01/89), Inácio Martins (n° 02/89), Laranjeiras do Sul (n° 03/89), Londrina (n° 04/89), Manguaçu (n° 05/89), Manoel Ribas (n° 06/89), Ortigueira (n° 07/89), Palmas (n° 08/89), Paranaguá (n° 09/89) e Santa Amélia (n° 010/89), objetivando auxílio financeiro à manutenção de professores da Rede Municipal de Ensino, no atendimento escolar às crianças das comunidades indígenas.

É encaminhada, também para referendo dessa Augusta Casa, cópia autêntica do convênio n° 07/89, celebrado em 21 de agosto de 1989, entre o Estado do Paraná, através da SEED e a Fundação Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba, objetivando aplicação de recursos financeiros estaduais, na realização do Curso de Formação de Professores para Educação Especial, na área de Deficiência Mental.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 124/89

Curitiba, 15 de dezembro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar ao Senhor TEISSIM TINA, o imóvel constituído dos lotes n°s 73, 85, 101, 102 e 103, da Gleba Ribeirão do Tigre, Seção "A", da Colônia Paranaíba, Município de Marilena, com uma área de 343,62 hectares, objeto de Matrícula 3032, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina, Estado do Paraná.

Por vários anos vem o Estado do Paraná regularizando áreas integrantes da Gleba Ribeirão do Tigre, da Colônia Paranaíba, nos Municípios de Nova Londrina, Loanda e Marilena que haviam sido adquiridas das empresas Parapanema, Colonizadora Marilena e Imobiliária Nova Londrina.

Assim é que o Governo do Estado a partir do Decreto n° 9.566, de 17 de setembro de 1962, assegura ao adquirente de terras dessa Gleba então denominada Areia Branca do Tucum, um prazo de 180 dias para requerer, por compra, as áreas contratadas e ocupadas respeitados os contratos anteriores com as citadas empresas.

Os lotes não regularizados mesmo após o prazo deferido pelo Decreto n° 1951, de 04 de agosto de 1966, foram incorporados ao patrimônio do ITCF para fins de venda, atendendo o que dispõe a Lei Estadual n° 7055, de 04 de dezembro de 1978.

Nesse espaço de tempo outros problemas surgiram na região determinando novas providências como a própria autorização governamental para regularização de imóveis com mais de 200 hectares e a autorização legislativa para as áreas com mais de 500 hectares na forma do art. 21, da Constituição anterior e art. 15, do Decreto n° 6414, de 06 de março de 1979.

Com o advento da atual Constituição compete à Assembléia Legislativa aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a cem hectares.

Nestas condições e salientando que não se trata de nova alienação e sim de áreas

muito extremadas do domínio público, cuja regularização do remanescente por diversos motivos não ocorreu, solicita-se a necessária aprovação, tendo em vista ser a medida que se impõe, na oportunidade.

Por outro lado, merece destacar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do expediente protocolado sob n° 59.504/86, no qual foram proferidos pareceres das Assessorias Jurídicas do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas e da Casa Civil.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

Ofício:

Sob o n° 869/89-GP, do Senhor ANTONIO FERREIRA RÜPPEL - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminha para exame anteprojeto de lei que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado, e dá outras providências.
Ao conhecimento da Casa.

TELEX

Do Senhor Ministro NERI DA SILVEIRA, Presidente do Supremo Tribunal Federal, nos seguintes termos:

"Comunico à Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária realizada no dia 11 do corrente mês, apreciando pedido de liminar, nos autos da ação direta de inconstitucionalidade n° 161-2, requerente o Procurador-Geral da República e requerida esta Assembléia Legislativa, proferiu a seguinte decisão:

"Por unanimidade o Tribunal deferiu a medida liminar e suspendeu, até o julgamento final da ação, a vigência do art. 102, da Constituição do Estado do Paraná, e artigos 44 e seu Parágrafo Único e 60, ambos do Ato das suas Disposições Constitucionais Transitórias. Votou o Presidente, falou pelo Ministério Público Federal e Doutor Affonso Henriques Prates Correia".

Os artigos referidos acima, diz o seguinte:

Art. 102 - "Haverá três Tribunais de Alçada, com sede em Curitiba, Londrina e Cascavel, com jurisdição territorial definida pela Lei de Organização e Divisão Judiciárias, sendo que o da capital será composto por um mínimo de vinte e cinco juízes e os de Londrina e Cascavel por um mínimo de dezessete juízes".

Art. 44 - "Os Tribunais de Alçada de

Curitiba, quarta, em 20.12.89

Londrina e Cascavel serão instalados, no prazo de cento e oitenta e trezentos e sessenta dias, respectivamente, da promulgação desta Constituição.

Parágrafo Único - Aos Juízes do Tribunal de Alçada da Capital será facultada a remoção para os Tribunais recém criados, quando de sua instalação".

Art. 60 - "No prazo de noventa dias da promulgação desta Constituição, o Tribunal de Justiça remeterá Projeto de Lei à Assembléia Legislativa, propondo a nova lei de organização e divisão judiciárias".

Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3116

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação, ao Projeto de Lei de autoria deste Deputado, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - A.P.A.E.", com sede e foro na cidade de Clevelândia.

Sala das Sessões, em 20.12.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 3125

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, com fundamento no disposto pelo Art. 100, do Regimento Interno, preferência de discussão e votação, para os projetos de Resolução n° 28/89 e, de Lei n°s 342, 308, 387, 388, 395, 346 e 345/89, constantes da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 20.12.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 3117

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de redação final a todos os projetos aprovados em 3ª Discussão e que não receberam emendas no decorrer de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 20.12.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 3126

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 171, § 1°, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa de publicação da redação final, para o Projeto de Lei n° 345/89, de autoria do Poder Executivo, constante da Ordem do Dia da presente ses-

São.

Sala das Sessões, em 20.12.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 3132

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário dispensa de Redação Final para o Projeto de Lei n° 396/89.

Sala das Sessões, em 20.12.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 3127

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, após sua discussão, do Projeto de Resolução n° 28/89, por 3 sessões.

Sala das Sessões, em 20.12.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 3128

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada das emendas n°s 03, 07 e 08 apostas ao Projeto de Lei n° 346/89, todas de autoria deste Parlamentar.

Sala das Sessões, em 20.12.89.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 3129

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a retirada da Emenda n° 12, ao Projeto de Lei n° 346/89, emenda citada de sua autoria.

Sala das Sessões, em 20.12.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 3131

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor NEY GUIDOTTI, antigo funcionário do Banco do Brasil S/A, ocorrido no dia 12 de novembro próximo passado, nesta capital.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à viúva e filhos do falecido, através de correspondência a ser encaminhada para o seguinte endereço: Sra. Angelina Guidotti - Rua Herculano Carlos Franco de Souza, 380 - Água Verde - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 20.12.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

NEY GUIDOTTI, gaúcho, formado em agronomia, funcionário do Banco do Brasil, veio transferido para a região norte do Paraná (Cornélio Procópio), na década de 50, onde vistoriou contratos e lavouras financiadas, até 1980, quando foi transferido para a gerência da agência central do Banco do Brasil, na Praça Tiradentes, em Curitiba.

Não só na região de Cornélio Procópio, gozou e manteve um grande círculo de amigos, muitos deles políticos, pois sua simpatia, eficiência e boa vontade com todos contribuíram para que ocupasse sempre posições de lideranças, principalmente no meio rural.

Por causa de algumas distorções, sofreu perseguições a ponto de ser intimado a depor nos órgãos da revolução de 64, que constatando sua lisura e patriotismo, não lhe impuseram nenhuma punição.

Guidotti ajudou muito os lavradores que imigraram para o Vale do Ivaí, com gestões junto ao CREAL, e ajudando na criação do Programa ROTEC e da Agência do Banco do Brasil em Ivaiporã. Foi sempre um funcionário exemplar e chefe de família extremoso.

REQUERIMENTO N° 3118

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de votos de congratulações pela eleição e posse da nova Diretoria do Sindicato dos Médicos Veterinários no Paraná, ocorrida em 15 e 16 de Dezembro de 1989, respectivamente.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Dr. WILSON MENDES, Presidente eleito, através de correspondência a ser enviada para o seguinte endereço:

Dr. WILSON MENDES
DD. Presidente do SMVPR
Av. Mal. Deodoro, 497/9° andar/sala 92
80.020 - Curitiba - PR

Sala das Sessões, em 20.12.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3123

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, voto de louvor ao Combate Barreirinha, com sede nesta Capital, pela conquista do Campeonato da Primeira Divisão de Amadores.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência ao Combate Barreirinha a Rua Prof. Leonardo Correa, n° 02 - Barreirinha.

Sala das Sessões, em 20.12.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 3121

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor OSMAR FERNANDES DIAS, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando sejam envidados esforços visando atendimento às reivindicações formuladas pelo representante da Microbacia da localidade denominada TANQUE GRANDE, no Município de CASTRO, a seguir discriminadas, objeto de expediente daquela representação, encaminhado àquela Pasta:

01 (hum) Trator - traçado.

01 (uma) Grade pesada (aradora)

01 (hum) Arado

15 (quinze) Distribuidores calcáreo, tração animal

15 (quinze) Arados tração animal (folha batida)

15 (quinze) Plantadeiras, tração animal

15 (quinze) Pulverizadores costal

60 (sessenta) Plantadeiras manuais - 2 caixas

06 (seis) Distribuidores de esterco sólido - tração animal

Sementes de milho, feijão, aveia e azevem Calcáreo

Recursos para investimentos em matrizes leiteiras (a fundo perdido - Tanque Grande)

Instalação de Telefone nas localidades de Tanque Grande e Serra do Apon), naquele Município.

Trator para destoca (para pequeno e médio produtores)

A presente reivindicação tem por objetivo oferecer condições as mais favoráveis para que o projeto atinja suas reais finalidades junto aos setores por ele abrangidos, do qual fazem parte as localidades de Tanque Grande, Serra do Apon e Socavão.

Sala das Sessões, em 20.12.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Projetos de Lei:

Projeto de Lei n° 404/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominada DOMINGOS RIBEIRO DIAS, a rodovia ligando os distritos de Marajó à Palmital, no Município de Nova Aurora.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições, em contrário.

Sala das Sessões, em 20.12.89

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Domingos Ribeiro Dias, já falecido, nasceu em 25 de setembro de 1939. Era de naturalidade portuguesa. Estabeleceu-se no distrito de Marajó, Município de Nova Aurora, no ano de 1964 onde atuou no comércio de secos e molhados e também foi sítio por 13 anos. Participou da fundação de Escolas e da Igreja local, e foi membro da comissão de Associação de Pais e Mestres. O fruto do seu trabalho ficará registrado na história do Distrito. É justo, portanto, que Domingos Ribeiro Dias receba esta homenagem "Post mortem" como gratidão pelo trabalho desenvolvido pelo mesmo junto àquela comunidade.

PROJETO DE LEI N° 405/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Município de Tunas, constituído pelas áreas dos atuais Distritos Administrativos de Tunas e de Marquês de Abrantes, desmembrado do Município de Bocaiuva do Sul. "ad referendum" do plebiscito respectivo, com sede no Distrito de Tunas.

Art. 2° - As divisas do Município são as seguintes: com o Município de Bocaiuva do Sul: começa no rio Pardo, na foz do Rio Uberaba, por este acima e depois pelo Rio Putunã, até a sua cabeceira, alcançar a Serra da Bocaina e segue pela cumiada desta à divisa do Município de Cerro Azul; com Município de Cerro Azul: da serra da Bocaina segue pela cumiada do divisor de águas que afluem, de um lado para o rio Ponta Grossa e ribeirão Mato Preto e, de outro, para o ribeirão do Rocha; Com o Município de Adrianópolis: Começa no rio Pardo, na foz do Uberaba, sobe este até a foz do rio São Miguel e este até a sua cabeceira mais alta, donde, em reta por uma linha seca, no sentido leste-oeste, alcança o ribeirão Forquilha, subindo por este até a foz do ribeirão do Pinhal, donde em reta, também por uma linha seca, no sentido leste-oeste, alcança o rio São Sebastião, na foz do rio Tingui, sobe por este até a foz do ribeirão das Pedras e este até a sua cabeceira, donde em reta, ainda por uma linha seca, no sentido leste-oeste, alcança a cabeceira do rio do Rocha; limites estes fixados respectivamente pelo Decreto-lei n° 199, de 30 de dezembro de 1943, quanto às divisas com os Municípios de Bocaiuva do Sul e Cerro Azul; e Lei n° 4245, de 25 de julho de 1960, quanto à divisa com o Município de Adrianópolis e que são mantidas para as divisas do Município ora citado.

Art. 3° - O Município de Tunas será

instalado tão logo completada a investidura de seus primeiros mandatários.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.12.89

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

Com a junção dos distritos de Tunas e Marquês de Albrantes para criação do novo Município de Tunas, o Vale da Ribeira paranaense ganhará um importante centro promotor do seu desenvolvimento. A localidade de Tunas, situada no eixo da antiga estrada de ligação entre São Paulo e o Estado do Paraná a Estrada da Ribeira - vem registrando ultimamente um forte impulso de progresso com os extensos reflorestamentos que foram implantados na área, onde está surgindo uma indústria papaleira com capacidade para processar 500 toneladas de celulose por dia.

Ainda mais, o novo Município concentra grandes explorações minerais, com base no calcário, mármore e outros aproveitamentos. A área possui um potencial turístico elevado obrigando a Gruta de Campinhos localizada no Parque Estadual do mesmo nome.

Se potencial de aproveitamento será ampliado com a breve pavimentação da Estrada da Ribeira - BR-476, cujo benefício já chegou até Bocaiuva do Sul e está projetada para ligar essa cidade de Tunas, numa distância de cerca de 30 Km na direção da divisa paulista. Uma forte liderança comunitária expressada na CO-RIBEIRA vem defendendo a pavimentação da Estrada da Ribeira, estando o projeto concluído e pendente de autorização governamental para sua retomada no ano de 1990.

Não há dúvida que a emancipação, criando mais um Município entre os territórios de Bocaiuva do Sul, Adrianópolis e Cerro Azul, dará maior impulso ao desenvolvimento da região do Vale da Ribeira paranaense, com o aproveitamento dessa área de serranias e minerais segundo sua melhor vocação e com respeito ao meio ambiente.

A sede municipal, localizada em Tunas, possui infraestrutura básica e densidade populacional suficientes para abrigar o novo Município, com proveito geral para o desenvolvimento e bem-estar de seus habitantes e do povo do Paraná.

Projeto de Lei nº 406/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - As placas indicativas de obras do Estado do Paraná ficam padronizadas, em dimensões e cores a serem especificadas em decreto, da lavra do Poder Executivo e Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º - Somente poderão ser usadas nas placas indicativas de obras as cores da bandeira do Estado do Paraná.

Art. 3º - Constarão das placas a obra, medidas básicas, custo, prazo, órgão responsável e dados técnicos.

Art. 4º - A identificação de veículos oficiais deverá obedecer as mesmas cores padrões, mencionando apenas o nome do órgão a que pertence e o uso a que é destinado.

Art. 5º - É vedada a inscrição de outros dizeres, tais como nome de pessoas ou de logotipos que não sejam reconhecidamente do uso exclusivo de órgão da administração, adotadas através de concursos públicos, ou tradicionalmente pelo Estado.

Art. 6º - Dentro de 60 (sessenta) dias a contar da data desta lei, o chefe do Poder Executivo expedirá decreto, com os dados técnicos elaborados pela Secretaria de Estado da Administração, regulamentando esta lei.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.12.89

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

As Constituições federais e estadual vedam a inscrição de nomes em placas indicativas de obras e em veículos oficiais.

Este plano de lei tem por objetivo disciplinar a matéria.

Com muita propriedade, o parágrafo do artigo 37 da Constituição Federal, determina que "a publicidade dos atos, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos".

O presente plano de lei tem por objetivo disciplinar o uso de placas indicativas de obras públicas, bem como a identificação de veículos oficiais.

Não somente sob o aspecto da publicidade, mas, observando a economia que poderá resultar da adoção de obras que seja iniciada numa administração e concluída em outra.

É comum o uso de placas ou logotipos idealizados com uso das cores de partidos políticos, fato que não mais poderá ocorrer, caso aprovado o presente projeto.

Deixando a regulamentação técnica por conta da Secretaria da Administração, estamos demonstrando que o próprio Poder Executivo deverá receber com naturalidade essa padronização.

Por outro lado, mais uma vez o Paraná estará na frente da modernização administrativa e da procura no melhor trato aos bens públicos.

Cremos que esta exposição de motivos será compreendida pelo nobres Deputados, dos quais esperamos total apoio.

PROJETO DE LEI N° 407/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declara de Utilidade Pública, a Fundação Maxinvest, com sede na cidade de Curitiba - Pr.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.12.89
(a). IRONDI PUGLIESI

PROJETO DE LEI N° 408/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Regente Feijó - Ensino de 1° e 2° graus, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.12.89
(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Regente Feijó - ensino de 1° e 2° graus a que nos propomos declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 23 de setembro de 1972, sendo registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Ponta Grossa sob n° 82.985, do Protocolo A-7, sob n° 383, do Livro A-2. (Carimbo de 19 de abril/1988).

Constitui um organismo de representação de Pais e Professores do estabelecimento acima mencionado, tendo por finalidade discutir, colaborar e decidir sobre as ações para a assistência ao educando, o aprimoramento do ensino, funcionando como órgão cooperador do colégio, visando o bem estar integral do aluno, e por consequência, a integração da comunidade, buscando o desempenho mais eficiente e auto sustentável do processo educativo.

Todos esses objetivos têm sido a bandeira de luta e de perseverança daqueles que, a testa de sua administração, não medem esforços para torná-la forte e a verdadeira defensora desses interesses, em favor do estabelecimento de ensino que representa, do aluno, Pais e Professores.

Cumprindo com as formalidades de lei, mas principalmente com as reais finalidades para as quais foi criada, vem, ao longo desses anos, prestando inestimável contribuição, prerrogativa que lhe faculta hoje, o pleno direito de vir a ser reco-

nhecida de Utilidade Pública.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente, no Pequeno Expediente concedo ao primeiro orador inscrito, Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao encerrarmos o nosso período legislativo do ano de 1989, nós queremos agradecer a todos os Deputados, com os quais convivemos neste ano.

Agradecer a todos os funcionários da Assembléia Legislativa do Paraná, pelos relevantes serviços prestados a este Poder. Em especial à minha assessoria de gabinete. Agradecer à imprensa que durante este ano deu cobertura a este Poder Legislativo.

Agradecer ao Governador Álvaro Dias, pelo atendimento que recebemos na nossa região a qual representamos neste Poder Legislativo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados: estampou-se hoje pela imprensa do Paraná, quando se levantou o fato do título que seria dado ao atual Presidente da República, uma proposta do Deputado Lindolfo Júnior e que este Deputado, na época, votou contra e parabenizou os demais Senhores Deputados por terem votado contra o projeto.

E eu quero confessar aos Senhores Deputados de que votei contra e não tenho nenhuma dúvida quanto ao nosso comportamento. Se o fizemos foi por uma questão de consciência. Nós entendemos, na época, de que o atual Presidente da República, ex-Governador de Alagoas, nada tinha feito pelo Estado do Paraná e quero ainda testemunhar que até a data de hoje, o atual Presidente da República eleito pelos brasileiros, nada fez pelo Paraná.

Mas, quero sim, reafirmar o que o povo do Paraná fez para o atual Presidente da República. O Paraná foi um dos Estados que deu o maior índice de votação ao atual Presidente da República e cabe agora sim, o compromisso, a responsabilidade do atual Presidente da República, a olhar com bons olhos o Estado do Paraná a quem ele deve esta votação expressiva e quem sabe se no final do ano de 1990, nós poderemos até estar votando um título ao Presidente da República, pelo reconhecimento dos relevantes serviços prestados ao povo do Paraná.

Nós entendíamos também que na época o projeto era um projeto oportunista, que apenas visava interesses políticos para tirar proveito da situação que nós vivíamos, da questão da eleição presidencial.

Votei contra e continuo com o comportamento neste Parlamento torcendo para que

o atual Presidente da República faça uma administração séria, uma administração que venha realmente atender as aspirações do povo brasileiro.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nós queríamos esclarecer e colocar nesta tarde aqui na Assembléia Legislativa e aproveitando o ensejo, desejar neste momento a todos um "Feliz Natal e um próspero ano de 1990".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Quando no início do ano nós apresentamos um projeto concedendo o título de cidadão honorário ao Senhor Fernando Afonso Collor de Mello, nós justificamos inclusive o título dado ao ex-Governador Leonel Brizola! E o que fez então o ex-Governador Leonel Brizola ao Estado para merecer um título de Cidadão Honorário do Paraná? E ele estava aqui, e nós todos estávamos aqui prestigiando aquele Título a um homem que voltou do exílio e já se declarava candidato a Presidente da República.

Ele lutou sim, Leonel Brizola, na campanha pela legalidade, por exemplo, naquela oportunidade em que apresentávamos o Título estava o ex-Governador de Alagoas.

Mas, política é isso, faz parte do jogo. Rejeitaram a tramitação pela primeira vez na História deste Parlamento, impediram a tramitação de um Título de Cidadania Honorária ou Benemérito na Assembléia Legislativa do Paraná. Por quê? Porque poucos acreditavam naquele jovem e hoje este jovem é Presidente da República. Eu peço a Deus que ele faça um bom Governo, como pediria a Deus se o candidato eleito fosse o Sr. Luís Inácio Lula da Silva.

Eu não quero voltar nessas questões, Deputado Dirceu Manfrinato, porque isso para mim já passou. O que quero é pedir a Vossa Excelência que nos apoie no projeto que estamos apresentando hoje e espero que não seja também considerado um projeto demagógico, um projeto que padroniza as placas indicativas de obras do Estado e dá outras providências. Eu peço o apoio de Vossa Excelência, Deputado Manfrinato; peço o apoio de todas as bancadas porque é inadmissível que a cada mudança de governantes vejamos por aí placas e mais placas, enormes placas indicativas de obras, com dinheiro desperdiçado, com as cores de um partido político de um governante que está em palácio. Vamos usar as cores da bandeira do Paraná, vamos usar as cores da bandeira do nosso Estado, deixan-

do espaço em branco para indicação das obras, e aí sim apaga-se ali, muda-se o que está escrito, mas a placa será a mesma, sem desperdício. Vamos aproveitar esse dinheiro para investir em obras sociais do Estado. Eu não quero ser chato e ser visto como homem que só faz oposição. Não. Eu elogio as medidas acertadas, mas dêem a liberdade de criticar aquilo que eu não aceito porque eu não falo somente em meu nome: eu falo em nome do povo do Paraná, eu respeito a decisão da maioria, mas eu quero - posso até não concordar - que respeitem também a minha posição.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Vossa Excelência permite-me um aparte?
(Assentimento).

Apenas para registrar o seguinte, com relação a Título de Cidadão Honorário ao Senhor Fernando Collor de Mello...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Gostaria de pedir uma informação à Mesa: no Pequeno Expediente são permitidos apartes?

Ou se estamos no Horário das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estamos no Pequeno Expediente, não são permitidos apartes.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Aguardo o horário do Expediente para poder conceder o aparte a Vossa Excelência e lamento que o Deputado Dirceu Manfrinato exerça o papel de censor quanto às manifestações dos Deputados nesta Assembléia Legislativa.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Apenas estou cumprindo o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem mais um minuto.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Agradeço, nobre Deputado Anibal Khury, completando quinze anos de Primeiro Secretário na Assembléia Legislativa do Paraná, com sua humildade, com sua habilidade, com seu senso democrático, pelo menos não tentando calar aqueles que, eleitos pelo voto direto, tentam trabalhar pelo Estado do Paraná.

Mas, quero dizer que não apoiei o Senhor Fernando Collor no primeiro turno, apoiei Guilherme Afif Domingos. Eu respeito a opinião daqueles que apoiaram Roberto Freire, quem apoiou Lula, quem apoiou Au-

reliano Chaves, Ulysses Guimarães... sou democrata. Agora, apresentei um título a um governante, como prestigiei o título ao Senhor Leonel Brizola. Quero esquecer esse episódio. Acho que precisamos, no ano que vem, trabalhar ainda muito mais pelo povo do Paraná.

Encerro minhas palavras agradecendo a Vossa Excelência, Senhor Presidente, parabenizando Vossa Excelência, pelos quinze anos, parabenizando a Mesa Executiva da Assembléia e voltaremos no Horário das Lideranças para falarmos um pouco mais sobre nosso projeto que, espero, não seja considerado mais um projeto demagógico. E quero parabenizar o Deputado da Comissão de Constituição e Justiça. Djalma de Almeida César, que deu parecer favorável à betenização do salário dos funcionários públicos.

O SR. ANTÔNIO BÁRBARA - Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela Ordem, tem a palavra o Senhor Deputado Antônio Bárbara.

O SR. ANTÔNIO BÁRBARA - Queria só perguntar ao ilustre Deputado Lindolfo Júnior, se puder me responder, qual a data que ele entrou com o projeto de Título de Cidadão Honorário...

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Dia 3 de maio de 1989.

O SR. ANTÔNIO BÁRBARA - Não entendo por que este projeto ficou arquivado durante todos estes meses e agora, um dia após a eleição de Presidente, Vossa Excelência vem falar no assunto novamente.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela Ordem concedo a palavra ao Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Gostaria de esclarecer ao Deputado Antônio Bárbara, vencedor destas eleições porque apoiou Fernando Collor de Mello, que o projeto foi apresentado no dia 03 de maio de 1989 e que este projeto, para ter trâmite na Assembléia, precisava do apoio de cinco Deputados. Nem isso se conseguiu na época. Portanto, no dia 03 de maio, só um Deputado, o autor da matéria, votou favorável.

Isto mostra o oportunismo, o fisiologismo, o adesismo que se faz às candidaturas que momentaneamente crescem nas pesquisas. Aproveito para lembrar também ao Deputado Lindolfo que apresentou o projeto no dia 03 de maio, mas lá pelos idos de agosto, setembro, também não sei por que,

talvez desiludido com o seu candidato, com o seu homenageado desta Assembléia, abandonou as carreiras coloridas e passou a apoiar o Deputado Afif Domingos.

Portanto, esse Projeto, para encerrar a polêmica, bem decidiu a Assembléia na época, em não apoiar, em não dar andamento, e aí tem razão o Deputado Manfrinato, porque na verdade o que se faz com a concessão de títulos honorários nesta Assembléia, é bajular os que estão acima. Nem sempre, aqui nesta Assembléia se decidiu que Título de Cidadão Honorário, leva consigo o próprio nome que se presta ao homenagear "Honorário", decidiu bem a Assembléia.

Espero que este assunto não retorne agora, com novos projetos de concessão de Títulos Honorários ao cidadão hoje Presidente da República, Fernando Collor de Mello. Vamos aguardar os cinco anos, se merecer, quem estiver aqui, terá a oportunidade de conscientemente fazer análise disso. Agora a responsabilidade a este que lhe foi negado homenagem aqui, a sua responsabilidade e de governar este País, é de ser sensível àquilo que foi dito nas urnas. Ou este País muda, ou este povo se frustra de novo.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nobres Deputados.

É, realmente nós ficamos pensativos, analisando e não conseguindo entender essa preocupação do Deputado Lindolfo Júnior, no dia de ontem, repetindo novamente no dia de hoje, fala repetidas vezes, sobre a questão do Título de Cidadão Honorário do Paraná e do Cidadão, do Presidente, do futuro Presidente do Brasil já eleito, Fernando Collor de Mello.

Naquela ocasião Fernando Collor de Mello já despontava com liderança nacional, e eu fui um dos que argumentei aqui, na Assembléia, contrariando a proposição do Deputado Lindolfo Júnior, porque nós entendemos...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Não consta nos Anais esses seus argumentos.

Consta dos argumentos do Deputado Manfrinato.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Meu também, eu tenho absoluta certeza. E lembro-me muito bem, que eu disse, e volto a repetir, que o Título de Cidadão Honorário ou Benemérito de um Estado, tem que ser concedido por ter prestado aquele cidadão, aquela autoridade, relevantes serviços ao Estado (vozes paralelas) e na verdade não justificava de forma nenhuma, a proposição do Lindolfo Júnior, e ele volta agora.

Agora o povo do Paraná outorgou a Fernando Collor de Mello o Título de Cidadão

Honorário do Paraná, por sua vontade, elegendo-o Presidente da República. E como disse o Nereu muito bem, nós esperamos, como depositamos confiança na sua candidatura, nós esperamos que ao final dos cinco anos de mandato, ou antes disso, nós esperamos que tão logo ele assuma o seu mandato, faça com que todos aqueles que acreditaram e depositaram confiança nele, reconheçam que realmente elegemos o melhor Presidente da República para o País.

Esse é o sonho de todos nós; esperamos um Brasil melhor. Não é preciso que o Título de Cidadania outorgado através da Assembleia, para que ele venha prestar serviços ao Paraná. Ele é o Presidente da República, nós acreditamos na sua vontade de servir o nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Senhor Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Era nossa intenção inclusive, Senhor Presidente, antes de ocuparmos a tribuna no Pequeno Expediente, pedir a palavra pela ordem, para Vossa Excelência, para que pudéssemos ter assegurado os nossos direitos regimentais, haja vista, que as questões de ordem levantadas por Suas Excelências o Deputado Nereu Carlos Massignan e o Deputado Costenaro, simplesmente impediram que nós viéssemos fazer aqui o pronunciamento, que iria fazer, porque sobre aquilo que iríamos falar, eles já falaram.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Ao contrário nobre Deputado, eu ouço Vossa Excelência com muita satisfação, quando Vossa Excelência vai à tribuna, para mim é um motivo de felicidade. Eu me sinto um aluno perante V.Exa, quando está na tribuna.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Muito obrigado.

Mas, era justamente, Senhor Presidente, sobre este assunto que na questão de ordem o Deputado Nereu Carlos Massignan, o Deputado Antônio Costenaro, tanto se falou. Mas, falaram praticamente no Pequeno Expediente, porque era uma questão de ordem o que nós queríamos falar.

Nós acreditamos que naquele momento em que o Deputado Lindolfo Júnior tentou fazer tramitar nesta Casa um Projeto de Lei de Cidadania, à época ao ex-Governador ou ao Governador da época, Fernando Collor de Mello, isto não foi possível, justamente, porque à época não se conhecia, como talvez ainda não se conheça até hoje, quais foram os serviços relevantes prestados pelo Governador, pelo ex-Deputado, pelo ex-Prefeito, Fernando Collor de Mello ao

nosso Estado.

Eu acho que quem deve hoje, uma honraria não é o povo do Paraná, não são os Parlamentares do Paraná, mas o Presidente, que imaginamos já eleito, Fernando Collor de Mello, por aquilo que os paranaenses, mesmo nada tendo sido feito pelo ex-Prefeito, pelo ex-Deputado, pelo ex-Governador...

O SR. JOSÉ FELINTO - V.Exa concede-me um aparte?

O SR. ORLANDO PESSUTI - ... ao nosso Estado, a ele atribui em termos de voto, pela confiança que o povo paranaense depositou à pessoa do candidato Fernando Collor de Mello. Nós entendemos que agora não é a Assembleia Legislativa que tem que dar título de cidadão benemérito, honorário, ao futuro Presidente da República. Mas, sim, o futuro Presidente da República é quem deve uma honraria ao Paraná, pelo volume, pela quantidade significativa de votos que a ele foi atribuído, em confiança. Em confiança! E é isso o que nós esperamos.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Então, nos estados em que ele não ganhou a eleição, esses estados serão preteridos?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Não é isso o que estamos ...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Mas, é a dedução que se faz ...

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, peço que V.Exa. me garanta os direitos regimentais, porque eu estou no Pequeno Expediente e estou tendo o meu pronunciamento tumultuado pelos nobres Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente não é permitido apartes.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela ordem) - Gostaria que V.Exa assegurasse a palavra ao ilustre Deputado Orlando Pessuti, para que não haja interferência no seu brilhante pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa assegura a palavra ao Deputado Orlando Pessuti. Do contrário, ele próprio vai assegurar.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Então, Senhor Presidente, veja bem: não é questão de prejudicar este ou aquele Estado. É uma questão realmente olhar para o Paraná quem sabe como nenhum governante talvez tenha olhado, até hoje. Esta é uma obrigação,

pelo menos, do Presidente eleito. Porque o Paraná olhou para ele. O Paraná confiou nele. E ele deverá confiar no Paraná atribuindo responsabilidades aos políticos paranaenses, atribuindo recursos para que nós possamos, aqui produzir, industrializar, gerar riquezas. É isso o que nós esperamos. Nós, agora, vamos esperar a homenagem vir de lá para cá. E não daqui para lá.

E é por isso, Senhor Presidente, e aí o motivo de nós virmos aqui, é que nós não concordamos com esse tipo de notícia que se coloca nos jornais, porque isso dá a impressão de que a Assembléia Legislativa está querendo ir contra, está isso ou aquilo. Então, é um tipo de notícia mal intencionada, tentando envolver o nome do Deputado Dirceu Manfrinato, dizendo que o Manfrinato é isso, que o Manfrinato é aquilo. E eu acho que esse tipo de notícia não ajuda em nada! Eu acho que a imprensa tem a liberdade de se manifestar, mas, eu acho que isso é um assunto que à época teve a devida análise e se tomou, naquela ocasião, a posição mais correta. Mas, da "Boca Maldita" eu acho que ele tinha que ser cavalheiro, porque na "Boca Maldita" o Collor de Mello sempre foi um dos mais falados. E lá na "Boca Maldita" ele merecia, realmente, ser cavalheiro. E nós estávamos lá no dia em que ele recebeu a comenda.

Agora, esse tipo de notícia, Senhor Presidente, não é que vá prejudicar o Deputado Dirceu Manfrinato e esta Assembléia. Mas, vai de repente, prejudicar o Paraná. Então, quem faz esse tipo de notícia, quem produz esse tipo de notícia, não é, na minha opinião, pessoa que gosta de ver o Paraná ir bem. Porque os paranaenses mostraram o que queriam: votaram em Fernando Collor de Mello. E agora, vão cobrar dele um Governo também voltado para os interesses do Paraná. Esse tipo de notícia, no meu entendimento, vai contra os interesses do povo paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Eu tenho muitas restrições ao comportamento político, não parlamentar, do nobre Deputado Lindolfo Júnior. Mas, são restrições pessoais que não me cabe trazer ao Plenário da Casa.

E é de minha autoria também uma lei, se não me engano de 1973, 1970, em que estabelecia normas para concessão da honraria máxima que nós concedemos nesta Casa, ou benemérito, ou cidadania honorária. Entretanto, essa lei nunca foi cumprida. Aqui nós tivemos, prestamos homenagens e

concedemos títulos a pessoas que jamais mereceram honraria. Claro que por uma questão de ética eu não vou me reportar a estes nomes. Mas foram jogadas meramente políticas dos Deputados que apresentaram projetos dessa natureza. Eu também, por uma questão de ética, porque o homenageado não pediu; não sei se pediu ou se comprou; não sei se comprou ou ofereceram para ele homenagem, mas sempre votei favoravelmente. Não compareço às sessões.

Eu tenho muita autoridade para falar nisso porque os poucos títulos que apresentei foram pessoas a quem o Paraná deve muito. Não à cidade, não ao Estado, mas à gente paranaense.

E aqui eu vi uma das mais comovedoras homenagens que se prestou nesta Casa através do então Deputado José Tavares, concedendo o título ao Dr. Albert Sabim. Este um grande e verdadeiro benfeitor da humanidade. Quantas vidas, quantas crianças, quantos lares não sorriram satisfeitos pelo trabalho desse grande cientista ao debelar um dos maiores flagelos que assolavam as crianças de todo o planeta.

Então, esta Casa tem méritos efetivamente, ao apresentar determinadas proposições homenageando determinadas pessoas.

Mas, eu não vejo nada demais, não vejo por que que está aparecendo tanto dono da vitória de Fernando Collor. Os políticos deveriam estar envergonhados. Eu vi antes da eleição alguns Deputados aqui bater no peito com o Lula e com um bruto distintivo e dizer que estavam apoiando e que iam vencer as eleições. Pareciam jogadores de pôquer, arruinados, sentados numa mesa, sem dinheiro, mas continuando a jogar.

Será que nós não compreendemos que o povo rejeitou "in limine" o político nesta eleição?

Que o Senhor Collor de Mello não deve a Martinez, ao Cadeia, não deve ao Alceni Guerra, não deve a ninguém a vitória que teve no Paraná? E sim ao povo paranaense que repudiou o candidato de esquerda; o candidato que desestabilizaria a economia nacional mais do que ainda está? Será que os políticos não sentem vexame de vir aqui querer ser dono da vitória de Collor de Mello?

Tem muita gente aí dizendo, "No Paraná nós vencemos".

Venceram coisa nenhuma. Quem venceu foi o povo.

O povo não quis outro candidato e acabou. O povo está repudiando hoje a classe política. Nós temos que nos convencer disso.

E eu me lembro que quando o nobre Deputado Lindolfo Júnior apresentou sua proposição ele era um simples candidato totalmente desacreditado. O Senhor Fernando Collor de Mello era uma piada como candi-

dato! Esta é uma grande realidade. Era uma piada! Ninguém acreditava na candidatura Collor de Mello. Eu também não acreditava. E também não movi uma palha por esta candidatura. Muito menos pela de Lula, evidentemente. E o Senhor Lindolfo Júnior na mesma faixa etária, naquela época quis homenagear um político audacioso e apresentou o Título de Cidadania Honorária. Não vejo por que hoje caírem de pau em cima do homem aqui dentro. Quando, o que me consta, parece que até a Jaqueline Onassis já está agraciada com um título de cidadania honorária do Paraná, parece que até ela está, imaginem!

Não vejo nada de mais no Projeto do nobre Deputado Lindolfo Júnior.

Eram essas as palavras que eu queria proferir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em primeiro lugar meus cumprimentos à imprensa, que tem memória, e se lembraram que no dia 3 de maio houve esse episódio de negar apoio, nem trêmite na Assembleia aconteceu do Título de Cidadania Honorária ao futuro Presidente da República, Fernando Collor de Mello.

Mas, o que quero dizer e registrar aqui é da minha estranheza e fazer algumas perguntas: Fernando Collor de Mello é cavalheiro da "Boca Maldita", tem título da "Boca Maldita", não tem título da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná! Fernando Collor de Mello tem título do Paraná porque foi vencedor, mas não tem título da Assembleia Legislativa, ora, isso está mostrando, Senhores Deputados, que nós aqui estamos fazendo da concessão do título de cidadania honorária a oportunidade de se manifestar pelo oportunismo! Na medida em que fatos políticos projetam alguém se faz o Projeto, se dá a cidadania, se atinge as manchetes! É esse o papel do Legislativo? De ser a caixa de ressonância do oportunismo? Não!

Agora há pouco o Deputado Pessuti dizia que quem deve dar título ao Paraná é o futuro Presidente, com isso com aquilo, com obras, porque foi votado. E aonde ele não foi votado, o que deve fazer, não fazer nada? No sudoeste do Paraná, região que represento, que não deu voto a Collor de Mello, porque lá, em todos os municípios, no 1º e no 2º turnos, o Senhor Collor de Mello não foi vencedor. Agora no 2º turno, em todos os municípios, graças às alianças formuladas o vencedor foi Luiz Inácio Lula da Silva, do Movimento Lula

Presidente, da Frente Brasil Popular.

Mas, estou preocupado, Senhores Deputados, se formos colocar que as questões administrativas dependem do voto, então está implantado, nesta Nação, a partir do futuro Governo, a discriminação! E é meu dever como representante do Sudoeste, alertar sobre isto, porque nós não vamos aceitar que o puro e simples critério do voto seja o critério para administrar este País!

Não é esta a proposta, depois de 30 anos, de uma eleição presidencial. Não me surpreende que este assunto, quase que banal, que a imprensa dignamente ressuscitou, está em jogo. Está em jogo o que diz a imprensa hoje de novo, que o futuro Presidente já tem o apoio de 259 Deputados! Um candidato que se apresentava na televisão dizendo que não tinha Deputado, que no debate, para desmerecer o Congresso e a classe política, acusava o outro candidato, Deputado Luís Inácio Lula da Silva de ganhar 200 mil cruzados. Essa é a forma de desmerecer os políticos! Mas, já tem 259 que o apoiam. De que jeito? De que forma? Qual foi a mágica deste apoio?

Um cidadão que dizia que não tinha acordos políticos e de repente surgem 259 Deputados agregados ao poder, ao futuro poder, apoio da fisiologia, apoio do interesse, apoio daqueles que eu dizia que nunca saíram do poder, que no máximo se contentaram em sair do centro do poder, mas ficaram nas bordas do poder e agora retornam ao centro do poder.

É este tipo de política, é este tipo de recado que o eleitorado deu? Não, não foi isto.

Cabe outra pergunta: todos os cidadãos que receberam títulos do Paraná, pela argumentação aqui exposta fizeram alguma coisa. Eu acho que o que está acontecendo aqui é que agora todo o mundo quer justificar o seu voto, da negação ao título a Fernando Collor de Mello. Eu não justifico. Votei contra e votaria contra hoje de novo. Porque naquele tempo era oportunismo, hoje é oportunismo.

Não me digam que todos os títulos de cidadania concedidos aqui, alguns deles não tenham tido o recado do oportunismo. Duvido.

Concluo em cima desse episódio, propondo aos Senhores Deputados que se faça uma reflexão profunda e se faça uma lei nesta Assembleia regulamentando a concessão de títulos de cidadãos honorários, com critérios objetivos, com definições claras, porque senão a Assembleia estará aqui sempre dando as suas justificativas, as menos justificáveis quando negam o título e até quando concedem. Porque existe na Assembleia título de Cidadão Honorário para o Ministro dos Transportes, que já não

é mais Ministro dos Transportes, agora, se não me engano é Ministro das Comunicações, mas que na época se foi concedido, se foi proposto, porque ele prometia a duplicação da Estrada da Morte, e assinava convênio no Palácio e até hoje não aconteceu a famosa duplicação.

(Soam os tímpanos).

Eu estou encerrando, Senhor Presidente.

Então, isto mostra que de repente o Parlamento, ao invés de reivindicar e cobrar os compromissos com o seu Estado, procura através da concessão de títulos viabilizar convênios, obras, e esta é a pior forma de reivindicar, porque a forma de ser sabujo do poder é a forma de ser fisiológico, é a forma de não ser altaneiro na posição de reivindicar pelo Paraná e pela sua gente, e pela sua região.

Vamos pôr os pratos limpos nessa jogada de concessão de título. Vamos regulamentar isso, para que esta Assembléia não tenha que depois fazer justificativas as mais ignomináveis possíveis como está acontecendo agora, para se justificar a negativa da concessão de título de Cidadão Honorário, em maio deste ano, quando era candidato, mas que agora Presidente da República, todo o mundo procura dar as suas justificativas.

O voto naquela época negado tem que ser dito, tem que ser justificado, tem que ser coerente. Se votou "Não", é porque era contra. Quem votou "Sim", tem as suas razões. É isso o que vale. De resto, espero que a Assembléia não dê mais motivos para que estejamos aqui fazendo esse tipo de justificações perante a sociedade paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No horário das Lideranças, a palavra do Deputado José Felinto, do PMB.

O SR. JOSÉ FELINTO - O Partido Municipalista Brasileiro que foi violentado no seu direito de lançar o seu candidato que ia ganhar as eleições e as forças contrárias, as forças que investiram alguns milhares de dólares na campanha do atual Presidente eleito, fez de tudo, usando todas as artimanhas possíveis para evitar que o Partido Municipalista Brasileiro viesse a ganhar as eleições.

O que nos deixou preocupados é que o Tribunal Superior Eleitoral havia homologado a candidatura de Armando Corrêa, esse mesmo Tribunal que depois disse que o Partido era ilegal. Ilegal era o PJ na sua coligação com o PRN, ilegal eram dezenas de Partidos que lá estavam lançando candidatos e usando horário de rádio e televisão por alguns dias, por alguns meses.

Mais uma vez vem a esta Casa um Proje-

to demagógico, aliás, esta Casa que saiu de uma Constituinte Estadual, que promulgou a Constituição Estadual, não é um nem dois projetos demagógicos, inconstitucionais, que constantemente dão entrada neste plenário. Título de cidadão honorário para o Senhor Collor de Mello! Primeiro ele tem que explicar por que veio, o que fez pelo Paraná, o que contribuiu com o Paraná, para então justificar o título de cidadão honorário.

Um homem que criticou todos os políticos, sem exceção, chamando-os de corruptos, que ia acabar com os salários de Deputados. Quando ele era Deputado, o concorrente dele, Luís Inácio Lula da Silva, mostrou na sua frente que ele só fazia projetos para benefício próprio, como Deputado Federal apresentou um Projeto para que as suas emissoras não pagassem impostos, até me faz lembrar ele na pessoa do Senhor Mateus Iensen. Por falar em Mateus Iensen, até lembrei, o Mateus apoiou, só que ele disse: "Mateus, não se manifeste, não fale, porque você é manjado como homem do Sarney e eu estou criticando o Sarney". Criticava de manhã e acertava à noite.

Não serei contrário a ele receber um título de cidadão paranaense quando demonstrar o que fez pelo Paraná, porque hoje ele deve ao Paraná, deve àquele rosto sofrido, de mãos calejadas, de agricultores enganados, enganados porque ele dizia e criticava os políticos, e que ele não era Político, realmente não era, ele era um garoto, estudando na França, que veio ser Político nomeado pelo Presidente Figueiredo. Ele não era Político, ele era um homem nomeado numa prefeitura de presente que recebeu em Alagoas; foi Deputado Federal, como alguns, usando o dinheiro do povo para se eleger Deputado Federal, e agora com um grupo de fisiológicos, que sempre pulam para a canoa que está trafegando em mar tranquilo, chegou à Presidência da República. Também restou duas opções, que confesso para os senhores e senhoras, não eram as duas melhores. Não foi ele que ganhou, foi o Lula que perdeu ao usar uma frase mal colocada em relação aos nordestinos, não foi ele que ganhou, foi a infelicidade do companheiro Klaus Germer numa colocação infeliz que usaram e que distorciam. Com muita honra concedo o aparte ao Deputado Nereu Massignan. Ausente do plenário.

Concedo um aparte ao Deputado Antônio Bárbara.

O SR. ANTÔNIO BÁRBARA - Deputado, com todo o respeito que nós temos por Vossa Excelência, mas eu estou entendendo no seu discurso que Vossa Excelência está dizendo que o povo do Brasil, o povo do Paraná não sabe votar. É isso que Vossa Excelência

está afirmando?

O SR. JOSÉ FELINTO - Não, esta é a afirmação de Vossa Excelência, eu estou ouvindo de Vossa Excelência isso.

O SR. ANTÔNIO BÁRBARA - Eu acho que estou entendendo isso de Vossa Excelência. Quanto ao problema de negociações políticas com Deputados ou outros políticos, quer me parecer que o Presidente que acaba de se eleger, Fernando Collor de Mello votou contra tudo e contra todos, inclusive os políticos que Vossa Excelência falou. Agora quer me parecer que quem estava usando do oportunismo no Brasil era o candidato que Vossa Excelência estava lá articulando para que ele viesse manipular a imprensa inclusive, porque ele estava se candidatando apenas há alguns dias da eleição do segundo turno. Acho que Vossa Excelência não está sendo muito coerente com a verdade Deputado, acho que Vossa Excelência não está sendo coerente com a verdade. Eu reconheço o seu nervosismo, reconheço que Vossa Excelência não está satisfeito com o resultado, mas é o resultado da maioria dos brasileiros e esses sim devem ser respeitados por Vossa Excelência e por todos nós aqui na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem mais um minuto para concluir.

O SR. JOSÉ FELINTO - Agradeço o aparte do nobre Deputado Antônio Bárbara. Quero dizer que entre os políticos corruptos, desonestos, ladrões, salário desonrado que Fernando Collor disse que ganhavam, Vossa Excelência não está incluído, com certeza.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, para encerrar, reconhecemos o respeito pelo povo, e cada povo tem o Governo que merece. Espero que Fernando Collor justifique por que veio, por que chegou. Porque incoerência existe na personalidade do Presidente eleito.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PL com a palavra. Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós queremos o apoio de Vossas Excelências num projeto que estamos apresentando hoje que padroniza as placas indicativas de obras do Estado e dá outras providências.

Eu gostaria de ler o Projeto e aqueles que quiserem apoiá-lo façam o devido apoio sem nenhum tipo de assinatura para depois não dizer que não sabe e que não leu o que estava assinando.

(LÊ O PROJETO).

Que é o caso por exemplo do logotipo da SANEPAR que já existe, o logotipo do Banco do Estado do Paraná, etc.

Por que que nós estamos apresentando esse Projeto? Eu acho que essa seleção de Título de Cidadão Honorário nós apresentamos no começo do ano, não deram apoio, tudo bem. Eu não quero mais ficar falando sobre isso.

Aliás foi inclusive o Líder do PSDB que trouxe ontem aqui os Anais para mostrar aos Deputados, eu não fiz nada.

Nós estamos apresentando este projeto, porque evidentemente existe sempre uma alternância de poder e o que se tem visto ultimamente no nosso Estado, nas placas indicativas de obras, eu acho que as lideranças do interior que aqui estão, todos aqueles que percorrem as estradas do Paraná é muito fácil identificar uma obra e uma placa indicativa.

Ora, são centenas de placas espalhadas por este Estado. Placas com as cores do partido a que o Governador pertence, azul, vermelho e branco.

Muda o governante, muda o partido político, o que que pode acontecer? Mudam as cores da placa.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - V. Exa. permite-me um aparte?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Concedo o aparte a V. Exa. e aliás quero parabenizá-lo, meu caro Líder do PL, pela sua lembrança das datas históricas, que nós achamos muito importante, principalmente com relação aos 36 anos do Estado do Paraná.

Concedo o aparte ao Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Nobre Deputado, quero cumprimentar V. Exa. pela oportunidade da apresentação desse Projeto de Lei, mesmo porque a Constituição Federal, como também a Estadual, estabelecem a diretriz, abrindo o espaço para a regulamentação e V. Exa. com o cuidado que lhe é peculiar, está procurando oferecer a esta Casa, uma fórmula viável, correta para que o artigo da Constituição seja devidamente interpretado e aplicado.

Tem o nosso apoio na apresentação desse Projeto de Lei e na sua tramitação.

Eu acredito na Casa, que tem a preocupação de que a Carta magna seja devidamente respeitada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V. Exa. tem mais um minuto.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Agradeço, Sr. Presidente.

Eu espero que mais uma vez esta Casa não interprete o nosso Projeto, como um Projetoo demagógico, se não gostaria de pedir e perguntar às lideranças que aqui vêm do interior do Estado, para que fizessem uma reflexão, porque muitas vezes a informação do jornal, ela é distorcida.

Eu espero, conto com a sensibilidade de V. Exas. com relação a este projeto. Acredito na sensibilidade e quero que nós possamos regulamentar e padronizar as placas com as cores da Bandeira do nosso Estado, as cores verde e branco.

Mudando e havendo a alternância do poder possamos ter as mesmas placas e que o dinheiro não seja desperdiçado nessas placas com outras pinturas e sim empregado em obras sociais no Estado do Paraná.

Eu quero aproveitar, para encerrar, Sr. Presidente, e agradecer em nome da bancada do PL as palavras do Deputado Erondy Silvério. Divergências políticas sim, das idéias sim Deputado Erondy, mas V. Exa. no seu discurso foi coerente com relação quando nós apresentávamos esse projeto, era apenas um jovem o Fernando Collor que queria disputar a Presidência da República, que queria servir o seu País, que prestava exemplos à Nação.

Quando dizem que ele não fez nada pelo Estado, Sr. Presidente, eu pergunto; Jacqueline Onassis, o que fez pelo Paraná? Pelé, claro, fez a alegria de milhões de brasileiros, então não venham com estes argumentos, infelizmente no Parlamento e na política, Sr. Presidente, o argumento daqueles que não têm argumento é a mentira, é a inverdade, é o ódio, e o ódio nós sabemos que não constrói.

Muito obrigado.

- O. SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PDS. (Declina)
- Consulto à Liderança do PT. (Declina)
- Consulto à Liderança do PTB. (Declina)
- Consulto à Liderança do PTN. (Declina)
- Consulto à Liderança do PDT.
- Concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nada de novo sobre a Terra, desde o tempo das caravelas: a "casa grande" do Nordeste permanece no Poder.

Ontem abriu-se uma mansão em Brasília, onde os livros são guardados atrás de armários envidraçados, chamada pelo nome nordestino de "casa da dinda", "casa da madrinha". Abriu-se a mansão para comemorar a vitória do Presidente eleito. Deus abençoe o Presidente, Deus salve o Brasil.

Nada de novo sobre a Terra. Permanece

o Sinhozinho Neto, Sr. da "casa grande" no Poder. Trocou-se o instrumento de dominação: a chibata que vergava o lombo dos escravos foi trocada pelos fuzis, e agora, passados 30 anos do Golpe Militar, pelo mais sofisticado elemento de dominação: as câmeras de televisão.

Nada de novo sobre a Terra. Permanece o Brasil adormecido no seu berço esplêndido, esperando o milagre que não virá; o País que nós temos não é o País que nós merecemos.

O que se impõe aos que somos paranaenses e Deputados do Paraná quando nada de novo há sobre a Terra? Jamais ficamos genuflexos discutindo como comadres se devíamos ou não contemplar com a Cidadania Honorária do Estado o príncipe que ascende ao Poder; jamais discutimos outra coisa senão o bem-comum da nossa gente. Há uma lei do Deputado Luciano Pizato que vem de ser engavetada que joga 250 milhões de cruzados num buraco negro, que proíbe o Estado de ter, através do CONCITEC, a verba para pesquisa de tecnologias apropriadas. No entanto, nós os Deputados do Paraná discutimos o título genuflexo que deveríamos ter dado ao príncipe que ascende.

Quando fizer o Sr. Fernando Collor de Mello a duplicação da BR-277, quando fizer os reparos no leito de todas as estradas federais que são porcamente conservadas do Estado, quando fizer a duplicação da BR-101 - e isso para evitar que todos os que votaram no Afif morram na contramão da estrada Curitiba-Joinville, quando se dirigem às suas férias a classe média lá no Balneário Camboriú, quando fizer tais coisas poupando os eleitores do Afif, nós outros então poderemos pensar em lhe dar qualquer homenagem ou honraria. Por enquanto merece apenas o respeito de Supremo Magistrado da Nação, merece a oposição, que é serviço público se for feita com consciência e com honradez. Merece sobretudo que esta Assembléia não se vergue, não se dobre porque se os votos foram muitos no último domingo, quando o povo perceber que a cruz é pesada e o calvário é longo e que a ressurreição está mais uma vez adiada, não faltarão os mesmos que o aclamaram, sufragando-o para jogar-lhe pedras. Precisamos nós construir com as contradições do momento histórico, o futuro da Nação.

Encerra-se o ano político. Esta Assembléia viveu momentos gloriosos neste ano que passou. Vivemos o momento de receber as emendas populares nestes plenários, vivemos os foruns onde toda a sociedade discutiu que tipo de Paraná nós queríamos e, por último, fizemos o nosso Projeto de Paraná, que é a Constituição Estadual. Há centenas de leis complementares que precisavam ser feitas e que urge se façam imedia-

tamente. É preciso que a Assembléia do Paraná levante o nível, levante a inteligência senão para sair nas telas coloridas, porque o tempo é de se premiar a mediocridade pelo menos para ficar para a história, para construir o Paraná que nós merecemos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. No tempo em que ascende ao Poder do Brasil mais um sinhozinho do Nordeste, vindo da "casa grande" cruel e perversa que só fez gastar gente durante os 500 anos da nossa civilização, os que somos paranaenses, que temos história e tradição diversa, que não temos casa grande, mas temos casa de trabalho, casa de morada e casa de trabalho, os que somos paranaenses, devemos nos impor pelo trabalho.

Encerro as minhas palavras desejando ao Sr. Presidente, e a todos os Srs. e Sras. Deputados, o melhor pelas Festas do Natal e do Ano Novo. Deus proteja o Brasil no tempo novo.

Felizes Anos Noventa para todos nós! Tomara que quando chegue o outro milênio tenha finalmente desabado no Brasil a "casa grande" e tenha deixado o Brasil descer à triste "senzala", "escravos das máquinas de opinião".

Era isto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Falar sobre o governo de Collor agora me parece prematuro. Quem falou sobre Fernando Collor foi o povo que o elegeu. Foi muito feliz e claro nas palavras o Deputado Erondy Silvério. Nesta eleição, depois de alguns anos de vivência política-partidária, assisti com orgulho a uma eleição que me surpreendeu pela politização do povo brasileiro. Não houve necessidade de fiscal de seção, de delegado de partidos para ficar aborrecendo presidente e mesário, não precisou de gasolina e transportes, nem de alimentação. Houve tranquilidade na apuração em todas as comarcas. Os juizes pouco serviço tiveram. Quase nenhuma representação contra a atividade política e partidária de quaisquer partidos.

O eleitor foi votar seriamente, sem interferência qualquer dos partidos políticos. E nossa participação política é evidente, porque não somos mudos, mas pouco se fez.

Quero dizer com isto que a eleição de Fernando Collor representa a vontade do povo brasileiro e o povo do Estado do Paraná, felizmente, deu o maior percentual dos Estados.

Quero pessoalmente, Sr. Presidente,

não pelo fato de ter votado em Fernando Collor, mas como cidadão brasileiro, e também como político, desejar que o País se encontre, que a administração pública possa reconduzir a Nação brasileira aos caminhos da perspectiva. Que o político seja valorizado. O político honrado, trabalhador, que somos tantos aqui, sérios, cumpridores dos nossos deveres, e que trabalhamos diuturnamente na incumbência das nossas atribuições, responsabilidades. São tantos aqui!

Espero e desejo que Deus ilumine a inteligência de Fernando Collor. Que a Nação brasileira lhe empreste por muito tempo esta confiança que lhe deu nas urnas. Que ele seja feliz na indicação de seus Ministros, na escolha dos líderes que irão defendê-lo no Congresso Nacional e que o Brasil ganhe com isto. Sabemos que o PRN é um partido que praticamente inexistente. É uma sigla que nasceu ontem. Mas, espero que os partidos políticos do Brasil entendam a necessidade da ajuda, do estender a mão e um Governo que se iniciará logo mais.

Sr. Presidente, o que me traz especialmente a esta Tribuna, é para fazer, não sei se uma correção da notícia que se vincula ou uma declaração, que me parece até desnecessária, porque os Anais da Casa registram os fatos que aqui acontecem.

O Governador do Estado encaminhou recentemente para esta Casa uma mensagem solicitando autorização, para que se concedesse um abono provisório de trezentos cruzados novos, a partir de primeiro de novembro, a título de antecipação salarial aos funcionários celetistas do Paraná. Mensagem do Sr. Governador do Estado, duas emendas sobre esta mensagem, sobre o Projeto, foram apresentadas nesta Casa, uma emenda do ilustre Deputado José Felinto, que elevava de trezentos, para novecentos cruzados o abono a que se referia o Sr. Governador. Foi rejeitada pelo Plenário desta Casa.

Outra emenda, do ilustre Parlamentar, Deputado Nereu Massignan, que estendia o abono dos trezentos cruzados novos, ao magistério, já que na Mensagem do Sr. Governador, o magistério não estava incluído, e com a presença da Sra. Presidente da Associação dos Professores do Paraná, aqui nesta Casa, a maioria votou contra a Emenda do Deputado Nereu Massignan, inclusive, o meu voto, e aí é que deu reparo, Sr. Presidente. Eu não votei, nós não votamos contra, os trezentos cruzados para o Magistério.

Acontece que se nós votássemos a emenda do Deputado Nereu Massignan, alertada que esta Casa foi pelos líderes do Governo e da Bancada Situacionista, o Governador já havia se manifestado pelo veto da emenda.

da, ocasionando sem dúvida, um prejuízo a todos os funcionários públicos que eram objeto da mensagem. Desta forma, Sr. Presidente, não houve intenção deste Deputado, e de nenhum Parlamentar, não tenho procuração para falar em nome dos demais Deputados, mas quem votou contra a emenda do Deputado Nereu Massignan, foram os mesmos que votaram contra a emenda provavelmente do Deputado Felinto, que elevava para novecentos cruzados.

Com isso, Sr. Presidente, quero dizer que é de muita má fé, numa campanha incidiu a que promove a associação dos Professores do Paraná, contra este Deputado e contra todos aqueles que votaram contra a emenda do Deputado Nereu Massignan, porque ninguém votou contra o magistério, mas havia um entendimento prévio, do Magistério com o Sr. Governador do Estado, e com os Secretários responsáveis, na Secretaria da Administração, Casa Civil e Educação, de que viria, e está para chegar e esperamos chegar nesta Casa, Mensagem que tratará do reajuste a Magistério, que será cerca de duzentos por cento, o que se comenta, inclusive, na imprensa.

Portanto, Sr. Presidente, foi esta manifestação nossa, não podia deixar, já que os nossos nomes estão expostos no IPE, nos núcleos, nas inspetorias de Educação, em grande parte das escolas do Estado do Paraná. Gostaria que a Associação dos Professores do Paraná não de se prestasse a esse tipo de campanha maldosa e de má fé.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado José Afonso Júnior)

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Consulto à Liderança do PTB, se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Consulto à Liderança do PTN se fará uso do seu Horário.

(Declina)

Consulto à Liderança do PRN se fará uso do seu Horário.

(Declina)

Consulto à Liderança do PRP se fará uso do seu Horário.

(Declina)

Consulto à Liderança do PSDB se fará uso do seu Horário.

Com a palavra, o Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ouvia atentamente alguns pronunciamentos de alguns companheiros. É evidente que eu não venho aqui para tecer comentários de caráter crítico. Em absoluto. Eu venho, como todo bom brasileiro, que aqui se faz, representar por esta Casa de Leis, com estes 54 Deputados, fazer uma análise da si-

tuação nacional.

E eu chamo a atenção para o momento bastante delicado em que nós vamos viver e estamos vivendo. O povo, o povo humilde, aquele trabalhador que escolheu e deu a vitória a Fernando Collor de Mello, e que espera deste companheiro, que encontre e ache a solução para os grandes problemas nacionais. Indiscutivelmente espera muito de nós, outros. O povo, que tem a força, a expressão, a soberania do voto, que é sem dúvida, sobre todo este momento nacional a força mais expressiva, mais importante, sobre todos estes momentos que estamos vivendo. E, o povo que nos colocou aqui, o povo que atribui a nós a responsabilidade, há de, por certo, aguardar que alguma coisa seja feita aqui, analisando e avaliando o título de cidadania e também analisando o que será este novo Presidente.

Prezado Companheiro, com todo o respeito, eu estou muito preocupado com o Brasil. Há que se ter, indiscutivelmente, uma consciência nacional para o momento em que nós estamos vivendo, a prestar a este cidadão que acaba de ser eleito, todo o esforço, todo o apoio, toda a necessidade de emprestarmos um voto de confiança e até mesmo auxiliá-lo, ajudá-lo, no sentido de conduzir este País ao que todos nós almejamos. Se não, nós não vamos a lugar nenhum, de não vamos chegar àquilo que todos nós, aflitos, tensos, muitas vezes desta Tribuna desta Casa de leis e de outras tantas procuramos, naturalmente, através dos órgãos de comunicação, dizer o que precisa ser feito, de imediato, neste Brasil.

Mas, companheiros, o que assistimos não deixa praticamente nada que não seja uma posição de crítica, uma posição de descrédito. E eu chamaria a atenção dos Companheiros: O Brasil está acima de tudo. O Brasil é o momento mais importante de todos nós. Não importam as nossas cores partidárias. Vamos emprestar, vamos ajudar este cidadão a cumprir, a conduzir os destinos do Brasil, resolver os problemas nacionais. E lá na frente nós vamos nos encontrar. Tempo suficiente nós teremos para voltarmos ao nosso Partido e administrá-lo naquilo que nos diz interesse. No momento, o Brasil é o que mais interessa a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu Horário.

Com a palavra, o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.
Tenho ouvido nesta sessão final do ano

legislativo de 1989, algumas colocações no mínimo extemporâneas.

A questão de discutirmos ou não a oportunidade de título de cidadão honorário ao Senhor Collor de Mello, leva-me a pensar que não existe razão alguma para se outorgar um título, assim como não há razão alguma para se negar um título. O que norteia o título de cidadão honorário de qualquer pessoa, num Estado, é o efetivo trabalho executado por alguém a um Estado. E acho que esta Assembléia foi sábia, no instante em que não concordou com o Título de Cidadão Honorário ao Senhor Fernando Collor de Mello, até em respeito a outros títulos outorgados a cidadãos brasileiros que prestaram serviços ao Paraná.

E nós esperamos e, eu não me nego a assinar e a votar um título ao Senhor Fernando Collor de Mello no Paraná a partir do instante que um trabalho seu direcionado ao nosso Estado faça por merecer essa honraria desta Casa de Leis.

Em segundo lugar, também não comungo com aqueles que contestam o resultado eleitoral deste ano. Não fui Collor. Fui Ulysses. No entanto, acredito que no regime democrático, contestar a maioria do sufrágio dado pelo brasileiro é duvidar da sua capacidade de escolher seu representante.

Quem votou foi o povo e em todos os pronunciamentos dos candidatos nós ouvimos que esse era o grande momento do povo escolher seu Presidente e, o povo escolheu. E não nos vale questionar se a televisão, se o rádio ou a imprensa foi responsável por uma vitória ou uma derrota.

Vale questionar sim, da necessidade de que o nosso País tenha uma legislação eleitoral mais aprimorada para não permitir que nem os abusos do poder econômico, nem tão pouco os abusos da imprensa possam interferir no processo eleitoral.

E se faço esse preâmbulo Senhor Presidente, Senhores Deputados, é porque mais uma vez chama-se atenção de todos os Parlamentos deste País que têm na mão a possibilidade de feitura de uma lei eleitoral e não têm feito.

É urgente que para a eleição do ano que vem o Congresso Nacional faça uma nova lei eleitoral para o Brasil. Como é urgente que esta Assembléia Legislativa resolva a questão das leis complementares da Constituição do Estado do Paraná. E é esse enfoque que eu gostaria de dar aqui.

Tivemos momentos gloriosos nesta Casa no curso de 1989. Fizemos uma nova Constituição; convocamos a sociedade; discutimos com ela; fizemos a promulgação. E pegamos o artigo 12 da nossa Constituição nas disposições transitórias. Ela diz: "A Assembléia Legislativa criará dentro de 90 dias da promulgação desta Constituição uma Co-

missão para apresentar estudos sobre as implicações da nova Constituição e anteprojetos de Legislação Complementar".

Nós já estouramos os 90 dias.

E nós entramos num período de dormência. Nós promulgamos a Constituição externa e paramos o trabalho de elaboração das leis complementares. E se isso ocorrer, o Parlamento perderá uma das suas grandes prerrogativas porque a lei complementar que poderia ser origem deste Poder num amplo debate suprapartidário por aquilo que é melhor para o Paraná na complementação e na regulamentação dos artigos da Constituição, começa a perder espaços para mensagens vindas, inclusive, do Executivo normatizando dispositivos da nossa Constituição.

Então eu pediria neste final de Ano Legislativo a formação da Comissão suprapartidária para elaborar as leis complementares da nossa Constituição.

Porque foi essa omissão, exatamente, do próprio Congresso Nacional, que fez a Constituição brasileira e não regulamentou as leis complementares, que estão gerando as dúvidas, as acusações quanto ao sistema do pleito eleitoral que nós vivemos!

Todos nós sabemos que após um ano e meio de promulgação da Constituição Federal, muitas leis complementares, inclusive a lei eleitoral, não foi votada ainda. E, se esta Casa não quiser pagar um preço caro, perante a sociedade, por não ter complementado a sua Constituição, precisa, urgente, manter a sua estrutura física necessária, para que as leis complementares possam deslanchar! E que sejam aprovadas, prezados Pares, até junho do ano que vem porque todos nós sabemos que no próximo ano os nossos mandatos inclusive, estarão sendo, uma vez mais, postos à prova, nas urnas. Haverá eleição para Governador, Senador, Deputado Estadual, Federal, e eu duvido muito que, a partir de agosto a Assembléia se reúna para votar leis complementares, que exige quorum qualificado.

Eu concedo o aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato, se me permite a benevolência da Mesa.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu agradeço o aparte de V.Exa. e, ao mesmo tempo parabênizo V.Exa. por este alerta e esta preocupação que traz ao Plenário da Assembléia Legislativa.

Acho que esta posição que V.Exa. toma é uma posição clara a todos os Deputados uma vez que V.Exa. mostrou a competência quando Relator da Constituinte Estadual. E nós sabemos que coube a esta Legislatura a Constituição do nosso Estado, e na verdade, ilustre Deputado Caíto, V.Exa. levanta um fato importante, porque nós temos ainda a responsabilidade das leis complementa-

res! Eu entendo que isso deverá ficar dentro desta Legislatura, essa responsabilidade, e não nós transferirmos responsabilidades, uma vez que nós somos os constituintes desta Legislatura.

Eu parabenizo V.Exa... e acho que aqui não existe sigla partidária, nessa questão levantada, mas sim, acima de tudo, existe a responsabilidade deste Parlamento, nas leis complementares.

V.Exa. está de parabéns por este alerta, para que nós não tenhamos dificuldades, no futuro, com a população de nosso Estado, com todos os segmentos da sociedade paranaense dizendo da omissão dos Deputados.

Parabéns Deputado Caíto, e muito obrigado pelo aparte.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Deputado Caíto, concede-me um aparte?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu concedo.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Deputado Caíto, V.Exa. que tanto atuou como Relator da Constituinte... quero congratular-me com V.Exa. com o título recebido, pela honraria concedida pelo jornal "Diário Popular", há quase 30 anos homenageando personalidades paranaenses, onde tivemos também a oportunidade de receber a honraria como Deputado destaque da Casa, V.Exa. levanta, como disse o Deputado Manfrinato, uma questão importantíssima. A Constituição, nos parece, da forma com que ela se encontra, uma sinfonia inacabada. No dia 6 de outubro, portanto, "the day after", no dia seguinte à promulgação, nós, apresentamos, aproximadamente trinta requerimentos quanto à regulamentação da nova Carta Política do Paraná. Apresentamos projeto de lei complementar para regulamentarmos quase que uma dezena de itens da nossa Constituição.

As assessorias dos demais Deputados começam a se mexer estudando com muita profundidade a questão da regulamentação da nova Constituição. E eu, apenas gostaria de lembrar que esta mesma questão, como hoje encerramos o trabalho e a responsabilidade que V.Exa. teve como Relator da Constituinte Estadual, eu não tenho nenhuma dúvida de que agora muito mais ao apagar das luzes de mais este ano legislativo, nós nos dedicaremos sim....

(Falha do Microfone)

É brincadeira do Deputado Dirceu Manfrinato, a gente entende. Quem não teve infância, acontece isso.

Mas eu quero parabenizar V.Exa. pelo seu discurso e tenho certeza de uma coisa..

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Se-

nhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Concedo a palavra pela ordem, ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu gostaria acima de tudo que o Deputado Lindolfo, dissesse qual a acusação que fez contra a minha pessoa, quando eu estava distante de V.Exa., e eu não sei de que V.Exa. está me acusando nobre Deputado. Se V.Exa. é o Deputado Ano, é o Deputado que teve destaque na Assembléia Legislativa, eu discordo com isso porque V.Exa. está tendo um ato contra a minha pessoa que eu não estou sabendo o que está acontecendo, Deputado.

E eu gostaria que V.Exa. falasse aqui aos Deputados o que é que eu fiz para V.Exa., agora. Eu acho que este comportamento não é o comportamento de um Parlamentar, ilustre Deputado, principalmente V.Exa. que anda dizendo que é candidato ao Governo do Estado, este não é o caminho, Deputado.

O caminho de quem tira em primeiro lugar como Deputado destaque, não é este o comportamento. Não fiz nada para V.Exa., e se tivesse feito assumiria a responsabilidade acima de tudo.

Era isso o que eu queria colocar Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Apenas para complementar, nobre Deputado Caíto Quintana, (eu disse que entendo as brincadeiras até do Deputado Dirceu Manfrinato, e eu nunca disse que era candidato a Governador, aliás, já disseram. Eu nunca disse). Parabenizar mais uma vez V.Exa. pelo seu pronunciamento, que engrandece este Parlamento, a sua preocupação de regulamentarmos a nova Carta Política do Paraná, e eu não tenho nenhuma dúvida de que todos nós, juntos, com um Parlamento homogêneo haveremos de fazer com que a Nova Constituição do Paraná seja devidamente respeitada.

Parabéns a V.Exa.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu agradeço a benevolência da Presidência por ter estimado este espaço e aproveito apenas para dedicar aos companheiros com os quais Deus nos deu o privilégio de vivermos mais um ano, esperando vê-los novamente no ano que vem e no próximo mandato, todos juntos; desejar a todos um "bom Natal", um "Feliz Ano Novo", e que nós possamos nesta convivência fraterna, conhecendo nossas limitações, uns com os outros construirmos um Legislativo forte no Paraná.

Obrigado, Senhor Presidente, obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) -
Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para registrar presença e dizer da satisfação que temos de ter entre nós na tarde de hoje os pais do nosso digno Deputado, Caíto Quintana, o Senhor e Senhora Quintana e ao lado da esposa do Deputado, Dona Lindomar, participa da sessão de hoje. Para nós é uma satisfação termos essas pessoas conosco nesta sessão de encerramento do ano Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será anotado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução n° 28/89 e para os Projetos de Leis n°s 342/89, 308/89, 387/89, 388/89, 395/89, 346/89 e 345/89, constantes da Ordem do Dia da presente sessão.- Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n° 151/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão.- Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 28/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Piraquara, para que a respectiva população decida sobre a criação do Muni-

cípio de Pinhais.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões o Projeto de Resolução n° 28/89.- Aprovado.

Está em discussão o projeto. Como nenhum Deputado queira discutí-lo, está encerrada a discussão. Significa que este projeto não poderá mais sofrer emendas. Está retirado por três sessões.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 342/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n°78/89), que autoriza o Poder Executivo doar à Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia, uma área de terreno, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 308/89, de autoria do Deputado ANÍBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a "Fundação Gladstone Francisco da Paixão, com sede na cidade de Curitiba. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 387/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 119/89), que autoriza o Poder Executivo abrir crédito suplementar ao vigente orçamento próprio do Instituto de Tecnologia do Paraná. TECPAR. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 388/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 118/89), que autoriza o Poder Executivo abrir crédito suplementar ao vigente orçamento próprio da EMATER/PARANÁ. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 395/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 120/89), que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob supervisão da SEFA, destinados a atender despesas com pagamento de juros, encargos, correção monetária e amortização da dívida interna e externa, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 346/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 86/89), que altera disposições da Lei n° 8.925, de 28 de dezembro de 1988 (que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Pro-

priedade de Veículos Automotores - IPVA). Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. COM EMENDAS DE PLENÁRIO, as quais foram acolhidas pela Comissão de Finanças, exceto as EMENDAS n°s 03, 07, 08 e 12, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em n° de 12 (doze), nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 01
AO PROJETO DE LEI N° 346/89
Que altera dispositivos da Lei n° 8.925/88:

CAPÍTULO IV

DO CONTRIBUINTE E DO RESPONSÁVEL

Art. 6° -

Letra: D - Suprimir.....

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti.

Raul Lopes.

Algaci Túlio.

Ezequias Losso.

Nereu Carlos Massignan.

JUSTIFICATIVA:

Conforme consta a Letra "D", do "caput", permitindo a qualquer pessoa a praticar o licenciamento de veículo automotor, ou o pagamento do IPVA, estará facilitando os conhecidos "puxadores", uma vez que dispensa uma autorização do proprietário ou por meio de despachante autorizado pelo DETRAN. É dever do estado, zelar pelo patrimônio do cidadão, ou pelo menos criar empecilhos para a prática de atitudes do-losas.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 02
Que altera dispositivos da Lei n° 8.925/88:

CAPÍTULO VI DO PAGAMENTO

Art. 8° -

IV - no pagamento do imposto em única parcela no prazo regulamentar será concedido uma redução de 30% (trinta por cento) do valor devido.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti.

Raul Lopes.

Nereu Carlos Massignan.

Algaci Túlio.

Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

Objetiva nossa proposta, uma arrecadação em prazo reduzido de 90 para 30 dias, uma vez que o mercado financeiro atrai aplicação, deixando o contribuinte de repassar seus compromissos por falta de atração justa.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 03

Que altera dispositivos da Lei n° 8.925/88:

CAPÍTULO X DAS ISENÇÕES

Art. 14 -

VIII - Utilizados por entidades assistenciais ou religiosas, sem fins lucrativos e destinados ao transporte de doentes ou portadores de deficiências físicas ou mentais e A.P.A.E.S., reconhecidas de utilidade pública por Lei Federal, estadual ou municipal.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti.

Raul Lopes.

Nereu Carlos Massignan.

Algaci Túlio.

Ezequias Losso.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 04

Que altera dispositivos da Lei n° 8.925/88:

CAPÍTULO XII

DA FISCALIZAÇÃO E DO CONTROLE

Art. 16 -

Suprimir o § 2° -

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti.

Raul Lopes.

Nereu Carlos Massignan.

Algaci Túlio.

Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

Sendo o Licenciamento reconhecido juntamente com o IPVA - será discrepante e conflitante, diferenciar seus recolhimentos fora do prazo vencido. O IPVA refere-se a imposto do veículo e não de propriedade.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 05

Que altera dispositivos da Lei n° 8.925/88:

CAPÍTULO IV

DO CONTRIBUINTE E DO RESPONSÁVEL:

Art. 6° -

§ 2° - No caso de haver recolhimento indevido do IPVA a restituição do recolhido indevidamente ou a mais deverá ser feita a requerimento de qualquer um dos que respondem solidariamente pelo pagamento, conforme mencionado no "caput" deste artigo, à autoridade fazendária que procederá a devolução devidamente corrigida pela BTN'F, do dia do pagamento do pedido.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti.

Raul Lopes.

Nereu Carlos Massignan.

Algaci Túlio.

Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

Uma vez que o Estado cobra seus Emolumentos, devidamente corrigidos em BTN, a partir da data do lançamento, justo será, que o contribuinte também receba a devolução do que foi recolhido indevidamente, corrigido na data do pagamento.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 06

Que altera dispositivos da Lei n° 8.925/88:

Art. 18° - Fica o Poder Executivo autorizado a cancelar créditos tributários cujo montante atualizado seja igual ou inferior a 5 (cinco) BTN.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti.

Raul Lopes.

Nereu Carlos Massignan.

Algaci Túlio.

Ezequias Losso.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 07

Que altera dispositivos da Lei n° 8.925/88:

CAPÍTULO VI DO PAGAMENTO

Art. 8° -

I -

II - O mês para pagamento do IPVA - coincidirá com o Calendário Nacional de Licenciamento de Veículo, conforme resolução do CONTRAN.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti.

Raul Lopes.

Nereu Carlos Massignan.

Algaci Túlio.

Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

Como existe um órgão superior: CONTRAN, que tem prerrogativas para normatizar sobre licenciamento e outras providências sobre veículos em todo território Nacional, o Estado do Paraná não poderia violar tal resolução, como já aconteceu no ano de 1988, quando as entidades representativas "ganharam" todos os Mandatos de Segurança, arquivando a Resolução do CONTRAN sob n° 722/88.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 08

Que altera dispositivos da Lei n° 8.925/88:

CAPÍTULO VIII

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Art. 12 - O Crédito Tributário quando não pago no prazo regulamentar, inclusive

o decorrente de multas, será corrigido monetariamente com base na variação percentual do Bônus do Tesouro Nacional (BTN) ocorrida (entre o dia do vencimento do imposto e o dia em que se efetivar o pagamento).

Parágrafo Único - No caso de extinção do BTN, adotar-se-á o critério utilizado pela União, para atualização dos seus tributos.

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti.

Raul Lopes.

Nereu Carlos Massignan.

Algaci Túlio.

Ezequias Losso.

EMENDA SUBSTITUTIVA (CORRETIVA)

DE PLENÁRIO DE N° 09

Substitua-se, o texto proposto para o § 2°, do art. 16, pelo seguinte:

Art. 16 -

§ 2° - O Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), não concederá licenciamento de veículo ou transferência de propriedade para outro Estado, sem prova de regularidade do IPVA a ele relativo, bem como de quitação integral do imposto devido no exercício, observando-se o calendário de licenciamento para as transferências dentro do Estado".

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) LINDOLFO JÚNIOR

Apoiamento: Tadeu Lúcio Machado

José Rogério Carvalho.

Werner Wanderer.

David Cheriegate.

JUSTIFICATIVA:

O texto proposto ao § 2° do artigo 16 está truncado e pode dar dupla interpretação.

Já ficou decidido, no corrente exercício, depois de muita polêmica, que as transferências de propriedades dentro do Estado NÃO ESTÃO SUJEITAS AO PRÉVIO PAGAMENTO DO IPVA ANTES DA DATA PREVISTA NO CALENDÁRIO DE LICENCIAMENTO.

Essa emenda tem por objetivo corrigir a redação, a fim de evitar futuros problemas para a administração.

Se os revendedores de veículos usados forem obrigados a pagar, antecipadamente o IPVA, certamente irão repassar no preço do veículo o imposto pago, onerando o comprador.

Não haverá qualquer prejuízo para o Estado se for observado o calendário de licenciamento, para as transferências DENTRO DO ESTADO.

Para as transferências para outro Estado, a antecipação do reconhecimento assegurará a permanência da verba do IPVA ao Paraná como se pretende.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 10

Acrescente-se, onde couber, o seguinte dispositivo:

"Art. ... - Será permitido, no exercício de 1.990, a antecipação do pagamento do I.P.V.A., na forma prevista em Instrução da Secretaria da fazenda."

Sala das Sessões, em 07.12.89

(a) LINDOLFO JÚNIOR

Apoio: Tadeu Lúcio Machado.

José Rogério Carvalho.

Werner Wanderer.

David Cheriegate.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que o I.P.V.A.. será recolhido mediante correção em BTN ou BTNF, nada impede que seja facultado ao contribuinte recolher o tributo antecipadamente.

Entendemos que essa emenda trará vantagens tanto para o contribuinte quanto para o Estado.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO N° 11

Suprima-se a expressão "... pela BTNF do dia do deferimento do pedido...", constante da redação da proposta ao § 2° do art. 6°.

Sala das Sessões, em 07.12.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

Apoio: Tadeu Lúcio Machado.

José Rogério Carvalho.

Werner Wanderer.

David Cheriegate.

JUSTIFICATIVA:

Suprimindo-se as expressões acima, o texto passa a determinar que a AUTORIDADE FAZENDÁRIA PROCEDERÁ À DEVOLUÇÃO DEVIDAMENTE CORRIGIDA.

Assim, na data da devolução é que o valor será corrigido, e não na data do deferimento.

O texto proposto serve tanto para BTN, BTNF ou qualquer outro fator de correção, caso seja aprovada alguma emenda modificativa nesse particular.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE N° 12

Substitua-se a redação do "caput" do art. 9° e do seu § 1°, proposto, como segue:

"DAS PENALIDADES

Art. 9° - A falta de pagamento do IPVA, nos prazos regulamentares, sujeita o infrator à multa de 20% (vinte por cento) do valor do imposto não pago.

§ 1° - A multa prevista neste artigo será reduzida, observados os seguintes prazos percentuais:

a) até o primeiro dia útil do mês seguinte ao que tenha expirado o prazo de pagamento, para 1% (um por cento) do valor do imposto calculado no mês do seu lançamento.

b) do segundo dia contado da data indicada na alínea anterior até o último dia do mesmo mês, para 10% (dez por cento) do valor do imposto a ser pago.

c) a partir do primeiro dia útil do segundo mês subsequente ao do lançamento do imposto em diante, 20% (vinte por cento) do valor do imposto a ser pago.

§ 2° - ..."

Sala das Sessões, em 07.12.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

Apoio: Tadeu Lúcio Machado.

José Rogério Carvalho.

Werner Wanderer.

David Cheriegate.

JUSTIFICATIVA:

O § 2° do mesmo artigo determina que A MULTA SERÁ APLICADA SOBRE O IMPOSTO ATUALIZADO MONETARIAMENTE.

Este texto NÃO CONSTAVA DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR.

Ora, corrigindo-se monetariamente o valor da multa, o percentual de 50% (cinquenta por cento) será leonino, e insustentável pelo contribuinte.

Ainda sobre o referido projeto, parecer da Comissão de Finanças, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ÀS EMENDAS APRESENTADAS AO PROJETO DE LEI N° 346/89, QUE ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N° 8.925/88 (IPVA).

EMENDAS N.ºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08.

AUTOR: Deputado LINDOLFO JÚNIOR e outros.

A proposta trazida pela emenda n° 01, no sentido de suprimir a alínea "d", do inciso I, do art. 6°, foi acolhida parcialmente, suprimindo-se tão somente a expressão "mesmo a título precário", por dar excessiva amplitude ao texto e tratar de conceito ambíguo.

Quanto à proposta de elevação do percentual de redução, contida na emenda n° 02, teve seu acolhimento, porque com o aumento do percentual de redução, obviamente, aumentará o incentivo para o recolhimento em parcela única que é a finalidade do dispositivo.

As emendas n.ºs 04 e 09, tiveram seu acolhimento com sugestões de nova redação:

"Art. 16 - ...

§ 2° - O Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN não concederá:

I - licenciamento ou transferência de propriedade de veículo sem prova de regularidade do IPVA a ele relativo;

II - transferência de veículo para outro Estado sem quitação integral do impos-

to devido no exercício ou anteriores."

Pela nova redação proposta no licenciamento e nas transferências de propriedade se exige somente a prova de regularidade, ou seja, a comprovação do pagamento do imposto já vencido. Exigindo a quitação de eventuais pendências e o imposto devido no exercício, tão somente quando nas transferências para outros Estados.

Além das emendas citadas no parágrafo anterior propõem as emendas n.ºs 05 e 11, dar redação mais precisa ao § 2º, do art. 6º, fixando-se com segurança os termos inicial e final para correção dos valores a devolver. Portanto, acolhemos parcialmente, acrescentando um § 3º ao art. 6º, com a seguinte redação:

"Art. 6º - ...

§ 3º - No caso de haver recolhimento indevido do IPVA, a restituição do indébito deverá ser feita a requerimento do contribuinte, à autoridade fazendária, que procederá a devolução devidamente corrigida pela BTNF, tomando como termo inicial a data do pedido de devolução, e como termo final a do deferimento."

Somos pelo acolhimento da emenda n.º 06, pois, se justifica a elevação de 03 (três) BTNs para 05 (cinco) BTNs, posto que, se mantida a redação do projeto 03 (três) BTNs, o dispositivo seria frustrado face a inflação galopante do momento que faz qualquer débito do IPVA, por menor que seja, acrescido de juros, multa e correção, ultrapassar 03 (três) BTNs.

Acolhemos a emenda n.º 10, dada a razoabilidade da proposta que permite ao contribuinte recolher o imposto antecipadamente, mormente considerando a inflação galopante que assola o País. É uma medida de proteção ao patrimônio do contribuinte.

Não foram acolhidas as emendas de n.ºs 03, 07, 08 e 12, pelas seguintes razões: a de n.º 03, que visa alterar o inciso VIII do art. 14, pois tal inciso tem inspiração na imunidade do art. 150 da Constituição Federal, que não faz referência a entidades religiosas; além do mais a inclusão do termo proposto abre uma válvula para sonegação ao possibilitar que pessoas ligadas a entidades religiosas adquiram ou transfiram veículos para o nome das mesmas, o que traria prejuízos financeiros aos cofres do Estado e dos municípios.

A emenda n.º 07, visa alterar o inciso II do artigo 8º. O CONTRAN não fixa prazo para licenciamento do veículo, apenas determina o termo inicial e final do período em que os órgãos estaduais devam fazer o licenciamento. O calendário por final de placa é fixado pelos órgãos estaduais. Considere-se sobre mais que o texto do projeto é proposta do próprio DETRAN, visando a correção de problemas criados pela redação da lei anterior. Frize-se, ainda,

que o DETRAN por força de dispositivo legal é também órgão fiscalizador do imposto e o único momento em que pode fazê-lo com eficiência é justamente no momento do licenciamento.

O não acolhimento das emendas n.ºs 08 e 12, justifica-se, posto que, num país com a inflação mensal em torno de 40%, a atualização pela BTN ao invés da BTNF e a redução da multa de 1% a 20%, seria um convite para a postergação do pagamento pelo contribuinte e aplicação no mercado financeiros, considerando-se que o "over" remunera com uma taxa em torno de 70% mensal. O ideal seria que, no mínimo, a multa fosse superior ao rendimento do mercado financeiro.

Diante do exposto, somos pela aprovação do parecer.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.89.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

Deputado José Rogério, emenda que altera o dispositivo da Lei 8.925/88 do contribuinte, do responsável, suprimir. Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Emenda do Deputado José Rogério sobre pagamento de imposto e redução de 30%. Aprovada.

Emenda do Deputado José Rogério sobre fiscalização e controle. Aprovada.

Emenda do Deputado José Rogério, sob n.º 05. Aprovada.

Emenda n.º 06. do Deputado José Rogério. Aprovada.

Emenda do Deputado Lindolfo Júnior, n.º 09. Aprovada.

Emenda do Deputado Lindolfo Júnior, n.º 10. Aprovada.

Emenda do Deputado Lindolfo Júnior, n.º 11. Aprovada.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando a retirada das Emendas n.ºs 03, 07 e 08 apostas ao Projeto de Lei n.º 346/89. Aprovado.

Ainda sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando a retirada da Emenda n.º 12, ao Projeto de Lei n.º 346/89. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 345/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 87/89), que dá nova redação ao parágrafo 1º, do art. 3º, da Lei n.º

7.257, de 30 de novembro de 1979, alterado pela Lei n° 7.812, de 29 de dezembro de 1983. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO.

Deputado Artagão Mattos Leão, emenda aprovada em 2ª Discussão.

Do Deputado Anibal Khury. Aprovada.
Do Deputado Nereu Massignan. Aprovada.
Do Deputado Nereu Massignan. Aprovada.
Do Deputado Nereu Massignan. Aprovada.
Do Deputado Nereu Massignan. Aprovada.
Do Deputado Nereu Massignan. Aprovada.
Do Deputado Nereu Massignan. Aprovada.
Do Deputado Nereu Massignan. Aprovada.
Do Deputado Nereu Massignan. Aprovada.
Do Deputado Nereu Massignan. Aprovada.
Do Deputado Nereu Massignan. Aprovada.
Do Deputado Nereu Massignan. Aprovada.
Do Deputado Nereu Massignan. Aprovada.
Do Deputado Nereu Massignan. Aprovada.
Do Deputado Nereu Massignan. Aprovada.
Do Deputado Nereu Massignan. Aprovada.
Do Deputado Nereu Massignan. Aprovada.
Do Deputado Nereu Massignan. Aprovada.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela ordem) - Sr. Presidente, gostaria apenas de registrar o meu voto contrário ao projeto, cujas emendas foram submetidas agora a votação do Plenário, concernente à taxa de segurança, voto integralmente contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O voto de Vossa Excelência será devidamente registrado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 151/89, de autoria do Deputado ANTÔNIO AN-NIBELLI, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - A.P.A.E.", com sede e foro na cidade de Clevelândia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei Complementar n° 283/89, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que cria a Região Administrativa Central do Estado do Paraná, no Vale do Ivaí, com sede na cidade de Ivai-porã, conforme específica. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 14/89, de autoria do Deputado RAUL LOPES, que cria turma especial preparatória para vestibular na rede oficial de ensino do

Curitiba, quarta, em 20.12.89

Estado do Paraná. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 14/89

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a implantar turmas especiais de 3ª séries do 2° grau, em estabelecimentos de ensino público, com a finalidade específica de melhor preparo dos alunos para exames vestibulares.

§ 1° - A implantação das 3ª séries preparatórias, que se refere este artigo, ocorrerá apenas em estabelecimentos em que, mediante estudos e levantamentos, se constate a existência de clientela interessada na continuidade de estudos a nível de 3° grau.

§ 2° - A decisão por parte do estabelecimento de ensino, de implantar o 3° ano preparatório, deverá receber anuência da comunidade, através de pronunciamento dos pais.

Art. 2° - Fica autorizada a Secretaria de Estado da Educação a firmar convênios com Associações de Pais e Mestres e outras entidades interessadas, bem como criar comissões ou outros órgãos que possibilitem a implantação dessa sistemática de ensino.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.12.89.

(aa) PIRAJÁ FERREIRA

Presidente

RAUL LOPES

Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 296/89, de autoria do Deputado ANTÔNIO AN-NIBELLI, que denomina de Pavilhão de Artes Industriais Professora JALILE BICHARA MACHADO, o Pavilhão do Centro de Artes Industriais Cajuru, pertencente ao Colégio Estadual Professora Maria Aguiar Teixeira. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 296/89

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica denominada PAVILHÃO DO CENTRO DE ARTES INDUSTRIAIS PROFESSORA JALILE BICHARA MACHADO o Pavilhão do Centro de Artes Industriais Cajuru, pertencente ao Colégio Estadual Professora Maria Aguiar Teixeira, sito nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.12.89.

(aa) PIRAJÁ FERREIRA

Presidente
RAUL LOPES
Relator

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 65/88, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que dispõe sobre a obrigatoriedade na adoção do Vale-Transporte, na forma da Lei n° 7.418, de 16 de dezembro de 1985, para os servidores públicos estaduais, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 151/88, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que autoriza o Poder Executivo proibir em caráter definitivo a comercialização e utilização de "sprays" que contenham clorofluorcarbono-CFC no território do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.E.M.A., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 182/89, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que autoriza o Poder Executivo a proceder à desapropriação de terras em Marilândia do Sul. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 365/89, de autoria dos Deputados JOSÉ ROGERIO e NEREU CARLOS MASSIGNAN, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de Bom Sucesso do Sul, com território desmembrado do Município de Pato Branco e divisas do atual Distrito Administrativo. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 368/89, de autoria dos Deputados JOSÉ ROGERIO e NEREU CARLOS MASSIGNAN, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de Honório Serpa, com território desmembrado do Município de Mangueirinha, na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 385/89, de autoria do Deputado RENATO ADUR, que estabelece critérios para a distribuição dos recursos estaduais arrecadados de concursos de números, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, por unanimidade. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 396/89, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS (Ofício n° 869/89), que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores

do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n° 371/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 114/89), que dispõe sobre modificações na carreira de Procurador do Estado. Com Parecer a ser exarado pela COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 371/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - O vencimento básico dos cargos integrantes da carreira de Procurador do Estado, de que trata a Lei Complementar n° 26, de 30 de dezembro de 1985, modificada pela Lei Complementar n° 40, de 08 de dezembro de 1987, fica fixado na forma abaixo:

Procur. do Est.-Classe I- NCz\$ 7.422,52
Procur. do Est.-Classe II- NCz\$ 7.032,66
Procur. do Est.-Classe III- NCz\$ 6.328,53
Procur. do Est.-Classe IV- NCz\$ 5.695,62
Procur. do Est.-Classe V- NCz\$ 5.126,12

Art. 2° - Aos atuais ocupantes dos cargos de carreira mencionados no artigo anterior, fica assegurado o vencimento básico nele fixado, que absorve, incorpora e extingue todas as vantagens pecuniárias de caráter permanente, percebidas a qualquer título, por decisão administrativa ou judicial, exceto as adicionais por tempo de serviço, ajuda de custo, diárias, salário família, auxílio doença e as previstas nos artigos 140, inciso III, 159 e 172, incisos I, VI, VII e IX, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Parágrafo Único - Os adicionais por tempo de serviço, de que trata o "caput" deste artigo, serão calculados na forma prevista no artigo 87, inciso XIV, da Constituição Federal, até o máximo de 7 quinquênios, à razão de 5% a cada cinco anos.

Art. 3° - Fica fixada em 40 horas semanais a jornada de trabalho aos integrantes da carreira de Procurador do Estado, ficando vedada a percepção da gratificação pela prestação de serviços extraordinários e pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

Art. 4° - O índice percentual da gratificação de representação instituída pelo art. 11, da Lei n° 7.825, de 29 de dezembro de 1988, modificado pelo art. 1°, da Lei n° 8.931, de 24 de janeiro de 1989, atribuída aos integrantes da carreira de Procurador do Estado, fica elevado para 170% (cento e setenta por cento) do respectivo vencimento básico.

Art. 5° - É vedado aos ocupantes de

cargos de Procurador do Estado o exercício da advocacia particular, ressalvado o direito dos atuais integrantes da carreira referidos no art. 2°.

Art. 6° - Os aumentos de vencimentos e vantagens concedidos a qualquer título aos integrantes das carreiras referidas no artigo 135, da Constituição Federal, inclusive os atribuídos durante a tramitação desta Lei, incidirão em igual percentual, sobre os valores estabelecidos no art. 1°.

Art. 7° - Os proventos e pensões que têm por base de cálculo os vencimentos dos cargos de que trata a presente lei, serão revistos automaticamente, de acordo com os valores e critérios nela consignados.

Art. 8° - Para os efeitos da presente lei a remuneração de Procurador do Estado, Classe I, guardará identidade com o limite fixado pela Lei n° 9.105, de 23 de outubro de 1989, e, para as demais classes, observar-se-á a diferença percentual existente entre as mesmas, a partir da aplicação do limitador constitucional ao referido cargo, a fim de manter-se a proporcionalidade de remuneração.

Art. 9° - A despesa decorrente da execução desta Lei, correrá a conta das dotações orçamentárias próprias da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 10° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 5 de outubro de 1989, revogados o art. 5° da Lei 7.881, de 26 de julho de 1984, o art. 1° da Lei n° 6.569, de 25 de junho de 1974, na parte a que se refere a classe única de Procurador da Procuradoria Geral do Estado e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.12.89.

(a) PODER EXECUTIVO

Of. n° 1401/89-SEAD

Curitiba, 29 de novembro de 1989.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Governador.

A Constituição Federal, em seu art. 132, além de estabelecer as atribuições fundamentais dos Procuradores estaduais, organizados em carreira, determina que seja observado o disposto em seu art. 135, assegurando-lhes a aplicação do princípio da isonomia de vencimentos, com os fixados para os Membros do Ministério Público.

Tratando-se de norma institucional, emanada da Carta Magna, a Constituição Estadual, em seu art. 125, inseriu a mesma garantia aos procuradores em referência.

Em vista disso, foram feitos os necessários estudos pela Procuradoria Geral do Estado, juntamente com esta Secretaria, chegando-se, finalmente, a um consenso

sobre a necessidade, oportunidade e texto do instrumento indispensável ao cumprimento dos dispositivos constitucionais acima referidos.

No sentido de que tenham aplicação imediata as normas reconhecedoras de um novo tratamento remuneratório aos procuradores do Estado, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a inclusa minuta de anteprojeto de lei complementar, a qual consubstancia o tratamento isonômico preconizado aos servidores incumbidos de exercer a representação judicial do Estado.

Em seu contexto, o anteprojeto trata da fixação dos vencimentos das cinco classes da carreira de Procurador do Estado, cujos valores correspondem aos fixados para iguais classes dos Membros do Ministério Público; incorpora e extingue vantagens; fixa a jornada semanal de trabalho; eleva o valor da gratificação de representação de 126% para 170%; regula o exercício da advocacia particular; limita os adicionais em sete quinquênios, à razão de 5% cada um; dá igual tratamento aos procuradores aposentados e aos pensionistas; determina a aplicação do limite estabelecido pela Lei n° 9.105/89; faz retroagirem os benefícios financeiros a 5 de outubro de 1989 e declara revogados dois dispositivos de lei, por se tornarem incompatíveis com o plano que segue em anexo.

Cabe salientar, por tratar-se de matéria relativa a servidores de outro Poder, que com a revogação do art. 5° da Lei n° 7.881/84, serão desvinculados da percepção da elevação do índice percentual da gratificação de representação atribuída aos Procuradores de Estado, os Assistentes Jurídicos do Tribunal de Justiça, os quais continuarão a receber a vantagem na mesma importância atual, por motivo de ser assunto da competência privativa do Tribunal de Justiça, conforme prescreve o art. 101, alínea c da Constituição Estadual e só a ele cabe propor as providências que impliquem em alteração nos vencimentos do pessoal dos serviços auxiliares.

A despesa decorrente da aplicação da medida proposta é da ordem de NCz\$ 1.320.000,00 (um milhão, trezentos e vinte mil cruzados novos).

Certo de que Vossa Excelência, após examinar a presente proposta determinará o necessário encaminhamento, reitero-lhe os meus protestos de estima e consideração.

(a) Deputado MÁRIO PEREIRA

Secretário de Estado da Administração

Excelentíssimo Senhor
ÁLVARO FERNANDES DIAS,
Digníssimo Governador do Estado.
GOVERNADORIA
N/CAPITAL

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral da Assembléia, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 371/89

PARECER:

O presente plano de lei, oriundo da Mensagem governamental n° 114/89, dispõe sobre modificações na carreira de Procurador do Estado.

Ao proceder-se à análise constitucional e legal, do presente plano governamental, constatamos que não há óbice algum a sua normal tramitação processual legislativa.

É mister ressaltar, que as modificações ora apregoadas, vêm de encontro às necessidades dos profissionais das carreiras jurídicas do Estado, adequando-se aos ditames da nova ordem constitucional, que possibilitará reformulações, que urgem-se, nos Poderes Legislativo e Judiciário.

Sendo assim, esta Comissão Geral, dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.12.89.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

EDUARDO BAGGIO

Relator

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de n° 3126, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3132, de autoria do

Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3117, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3131, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3118, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3123, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3121, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para hoje, às 16:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 346/89
- 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 396/89

Levanta-se a sessão.